



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÚLIA DE GÓES CAETANO NETA

ZONAS SILENCIOSAS
considerações sobre o testemunho e as Relações Internacionais a partir da catástrofe de
Tchernóbil

BRASÍLIA

2022

JÚLIA DE GÓES CAETANO NETA

ZONAS SILENCIOSAS

**considerações sobre o testemunho e as Relações Internacionais a partir da catástrofe de
Tchernóbil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França.

BRASÍLIA

2022

RESUMO

Este artigo objetiva aproximar duas instâncias, o testemunho e as Relações Internacionais, como forma de propor uma reflexão acerca da produção de conhecimento por parte da disciplina. A partir da estrutura desregrada do testemunho, que guarda relação com a da literatura, pretende-se focar a condição tensional dos discursos sobre a verdade e pôr em relevo a instabilidade de narrativas de objetos tomados como auto-evidentes. Para tanto, é estabelecido um diálogo com a obra *Vozes de Tchernóbil*, de Svetlana Aleksievitch – que traz a fala de testemunhas daquela catástrofe nuclear –, e com o pensamento de Jacques Derrida – especialmente no que se refere às suas observações acerca da literatura, do testemunho e dos modos operativos da desconstrução. Assim, indica-se que o testemunho está posicionado para além da dicotomia entre fato e ficção, literatura e verdade, alcançando as temáticas da memória e da ética. Ao final, é sugerido que a escrita sobre eventos de interesse para as Relações Internacionais solicita o aparecimento de outros tipos de linguagem que não devem ser irrefletidamente desconsiderados.

Palavras-chave: testemunho; literatura; Relações Internacionais; Tchernóbil; desconstrução.

ABSTRACT

This article aims to bring together the instances of the testimony and that of International Relations as a way to propose a reflection on the production of knowledge by the discipline. Based on the unruly structure of the testimony, one that is related to literature, it is intended to emphasize the tensional nature of truth discourses and to highlight the instability of narratives of objects taken as self-evident. Therefore, a dialogue is established with the book *Voices from Chernobyl*, by Svetlana Aleksievitch – which carries the words from witnesses of the nuclear catastrophe –, and with the thought of Jacques Derrida – especially with regard to his observations about literature, the testimony and the operative modes of deconstruction. Thus, it is indicated that the testimony is positioned beyond the dichotomy between fact and fiction, literature and truth, reaching the issues of memory and ethics. In conclusion, it is suggested the writing of events that bear interest to the discipline of International Relations calls for the emergence of other types of language whose emergence should not be thoughtlessly disregarded.

Keywords: testimonny; literature; International Relations; Chernobyl; deconstruction.

Às testemunhas.

Aleagações iniciais

Tchernóbil foi um golpe para a nossa imaginação e para o nosso futuro.¹

Partícula beta, partícula alfa. Césio, estrôncio. Elementos que se decompõem, que se diluem, se trasladam. Tudo isso está muito bem, mas o que está acontecendo com o homem?²

Recordo uma conversa com um cientista. “Isso é para mil anos”, ele me explicava, “o urânio se desintegra em 238 semidesintegrações. Se traduzirmos em tempo, significa 1 bilhão de anos; e no caso do tório, trata-se de 14 bilhões de anos.” Cinquenta. Cem. Duzentos anos. E depois? Depois é puro estupor. Mais que isso, a minha mente não dá conta de imaginar. Deixa de compreender o que é o tempo. Onde estou?³

No início, todos falavam de “catástrofe”, de “guerra nuclear”. Li sobre Hiroshima e Nagasaki, vi documentários. É pavoroso, mas compreensível: uma guerra nuclear, o rádio da explosão. Isso eu até podia imaginar. Mas o que aconteceu conosco... Para isso me faltava... me faltavam conhecimentos, e faltavam em todos os livros que eu havia lido na minha vida.⁴

Testemunhar um evento é um ato comumente aceito como uma forma privilegiada de ter acesso a informações e experiências. Não são poucas as vezes que, no campo de estudos das Relações Internacionais, nos deparamos com entraves metodológicos ao elaborarmos perguntas que, para serem devidamente (e cientificamente) exploradas e respondidas, exigem um “estar lá”. Apesar de não ser uma frustração exclusiva das Relações Internacionais, podendo ser identificada nas diversas áreas que compõem as ciências sociais e humanas, essa exigência de fazer-se presente diante de um evento é reanimada no momento em que devemos elaborar projetos de pesquisa e lidar com questões caras à disciplina – que geralmente envolvem, implícita ou explicitamente, os conceitos de poder, soberania e violência. Isso porque, ao buscar compreender guerras ou disputas geopolíticas, por exemplo, como poderíamos nos aproximar daquilo que “realmente aconteceu” para, então, construirmos algum entendimento sobre o ocorrido? E, nesse aspecto, como lidar com a inacessibilidade de dados que encontram-se disponíveis apenas para quem transita em espaços de poder? Ou, por outro lado, como abordar as “vozes esquecidas”? Daí que poderíamos eventualmente indagar: seria o uso de testemunhos como fonte de pesquisa uma saída adequada para essas questões?

Sem dúvida, essa é uma discussão que possui o potencial de desencadear uma série de implicações não só metodológicas, mas também ontológicas e acerca daquilo mesmo que consideramos como ciência. E, certamente, o próprio caminhar das Relações Internacionais enquanto fazer científico se deparou e endereçou essas perguntas, assim como providenciou – e vem providenciando – métodos cada vez mais aperfeiçoados para respondê-las. E, por seu

¹ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 198-199.

² Ibid., p. 206.

³ Ibid., p. 173.

⁴ Ibid., p. 172-173.

caráter multidisciplinar, ainda o faz em profundo diálogo com outras áreas de estudo, seja a partir de perspectivas históricas, filosóficas e antropológicas, seja se virando para as ciências “duras” e exatas. No entanto, o que se pretende explorar, aqui, é mais singelo. O que se convida é demorar um pouco mais exatamente na reflexão sobre em que medida o testemunho pode impactar a leitura e a escrita de eventos por parte das Relações Internacionais. Destacadamente, é um convite suscitado a partir da insistência de reaparecimento dos questionamentos acima listados quando devemos eleger fontes para tornar uma pesquisa viável, pois, nesse instante, ponderamos: o que pode e o que não pode ser considerada uma fonte segura? E, dentre aquelas tidas como confiáveis, qual mais se aproxima da verdade?

Para ilustrar essa hipótese, a de que o testemunho oferece parâmetros para repensar a produção de conhecimento dentro do campo de estudo das Relações Internacionais, precisamos demonstrar que ela é relevante para pelo menos uma instância do “mundo real”. Conforme argumenta John Odell⁵, o significado de “caso” varia de acordo com a definição do objeto da pesquisa e, no tipo de estudo que visa elucidar preliminarmente uma ideia, o caso funciona como um meio de fornecer uma roupagem concreta a uma noção abstrata. Com isso, é possível desenvolver um argumento com maior clareza e comedimento. Portanto, a explosão da Unidade Quatro do reator nuclear de Tchernóbil, ocorrida em 26 de abril de 1986, na Ucrânia, será a escolha que conduzirá as reflexões aqui levantadas. Ou, mais precisamente, os testemunhos dos sobreviventes desse acontecimento o farão – mas não na forma convencional de um estudo de caso sobre o ocorrido, e sim como uma maneira de solicitação à inquietude provocada por suas vozes, que serão inscritas como notação no início de cada seção que corta este texto.

Com suas razões, grandes acontecimentos – sejam revoltas, acidentes ou guerras – organizam a história. Mas seria ilusório pensar nesse “antes” como pontos fixos que nos remetemos e aproximamos através de uma reconstrução mental puramente *a posteriori*, pois o acontecimento é em larga medida configurado pelo presente⁶. Dessa maneira, ao acontecimento é possível delegar estatuto e lugar notáveis, ou posição anedótica e, dito isso, como qualificar a catástrofe de Tchernóbil e suas vítimas? Arlette Farge assinala que a aparição de um acontecimento pode ser lida como uma interrogação, ao invés de uma evidência⁷. Seguindo essa sugestão, a opção por Tchernóbil acontece em razão das incertezas

⁵ ODELL, John. Case Study Methods in International Political Economy. *International Studies Perspectives*, v. 2, n. 2, p. 161-176, 2001, p. 162-163.

⁶ TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. História, memória e política. Trad. Tiago Avó. [S.l.]: Unipop, 2012, p. 24.

⁷ FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 75.

que continuam a rondar esse episódio. Se, por um lado, foi um evento traumático, violento e catastrófico, rotulado como o “maior desastre nuclear da história” e ocasionalmente indicado como uma das causas da ruína da União Soviética; por outro, ainda não se sabe exatamente os desdobramentos do que aconteceu ou como as pessoas expostas a doses letais radiação sobreviveram.

Tendo em mente a incompletude e a escassez de certezas que essa catástrofe nuclear emana, a obra *Vozes de Tchernóbil*, de Svetlana Aleksiévitich, será tida como ponto de partida diante do objetivo de lançar um olhar para aquilo que a fala de testemunhas pode desencadear para o estudo das Relações Internacionais. Apesar de ser uma publicação que reúne os testemunhos de sobreviventes de Tchernóbil, é um livro publicado por uma jornalista vencedora do Nobel de Literatura de 2015 e geralmente comercializado sob uma configuração que anuncia claramente: isso é literatura. É importante notar também que, na edição brasileira, embora sua capa estampe o subtítulo de “história oral”, a orelha do livro oferece as credenciais de ostentar “as melhores qualidades narrativas da tradição da literatura em língua russa”. De fato, não seria tão fantástico assim aproximar a Literatura e as Relações Internacionais. Todavia, se propormos pensar o testemunho nas Relações Internacionais a partir de um texto literário, é natural que surja certa dose de desconfiança.

Uma pretenciosa mistura entre esses dois gêneros não busca igualar um ao outro, tendo em vista suas diferenças históricas e de finalidade. Uma potencial transgressão, consciente, é motivada pelo entendimento de que o estabelecimento de gêneros discursivos, cada qual detentor de uma verdade, é uma construção que convoca ao pertencimento moldado (“romance”, “literatura”, “texto acadêmico”, “ciência”). A manutenção de fronteiras é importante, mas talvez não como barreiras fixas, e sim flexíveis, às vezes propensas à transgressão, ainda que sob limites institucionalizados⁸. É sempre valioso recordar que a multidisciplinaridade é um convite para trabalhar fronteiras, trocar ferramentas e cruzar abordagens em uma mesma pesquisa ou em um mesmo texto. E, como os estudiosos de Relações Internacionais bem entendem, seu objetivo maior é a produção de conhecimento sobre o mundo. Sendo uma modalidade que desorganiza o que estava bem ordenado, a verdadeira multidisciplinaridade é um elogio ao híbrido⁹.

Somado a isso, como forma de levar adiante essa discussão e suas implicações, será estabelecida uma conversa com os modos de operação tal qual enunciados pelo pensamento

⁸ LACAPRA, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014, p. 206.

⁹ JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea: manifiesto por la ciencias sociales*. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016, p. 321.

de Jacques Derrida. Isso porque pensar em diálogo com Derrida possibilita refletir sobre limites, sendo ele próprio um pensador do limite e seu projeto, uma como “aventura do olhar”¹⁰. Mas Derrida não é como Michel Foucault, que pensa até o limite para transgredi-lo; alternativamente, Derrida pensa a borda, ou a fronteira, com um pé de cada lado e falando uma dupla língua. O pensamento – e a escrita – de Derrida é sua maneira de desler o que está estavelmente colocado, ou ler o que permanece inconfessado. Dialogar com Derrida também se justifica pelo fato de que sua filosofia percebe a literatura de modo não convencional. Ao não usar a literatura como simples ilustração, o autor vê o texto literário como uma abertura a maneiras de pensamento que outros gêneros não seriam capazes de propor.

À vista disso, trabalhar com o testemunho é uma forma de tensionar narrativas de objetos aparentemente auto-evidentes, que falariam por si mesmos. Esse tipo de narrativa, comum nas Relações Internacionais, privilegia demasiadamente a explicação em detrimento da interpretação¹¹, prejudicando a qualidade da restituição da experiência histórica. Assim, a opção por refletir acerca do testemunho acontece levando em consideração que este é um modo de discurso que oferece algo mais do que um conhecimento puramente documental. A abordagem em direção ao testemunho é, portanto, uma tentativa de entender a experiência, a memória e o passado ao focalizar uma parte da verdade apreendida pela sensibilidade.

Sobre história e memória

Então, para que as pessoas recordam? Para restabelecer a verdade? A justiça? Para se libertar e esquecer? Ou porque compreendem que participaram de um evento grandioso? Porque buscam no passado alguma proteção? E, além disso, a recordação é uma coisa frágil, efêmera, não é um conhecimento exato, é uma suposição do homem sobre si mesmo. Isso ainda não é conhecimento, é apenas sentimento.¹²

Fui à zona de Tchernóbil. Já estive lá muitas vezes. E lá eu entendi que era importante. Que não compreendo. (...) Porque não conheço este mundo. Tudo nele mudou. Até o mal é outro. O passado já não me protege. Não me tranquiliza. Não dá respostas. Antes sempre dava, agora não mais. O futuro me arruína, não o passado.¹³

Em todos os lugares se falava da catástrofe: em casa, na escola, no ônibus, na rua. Comparavam com Hiroshima. Mas ninguém acreditava. Como se pode crer em algo que não se compreende? Por mais que você se

¹⁰ DERRIDA, Jacques. Força e Significação. In: _____. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995, p. 1.

¹¹ CAMPBELL, David. *Politics Without Principle: Sovereignty, Ethics, and the Narratives of the Gulf War*. Boulder: Lynne Rienner, 1993, p. 8.

¹² ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Op. cit., 2016, p. 55-56.

¹³ Ibid., p. 57.

esforce, por mais que tente, permanece incompreensível. Eu me lembro de quando deixamos a nossa cidade, o céu azul, azul...¹⁴

Por estar localizado nas margens da memória, pensar o testemunho e as Relações Internacionais, ou o testemunho nas Relações Internacionais, não é uma ideia fora do comum. Isso porque os Estados, como formas de comunidades políticas, ancoram-se em práticas sociais para sua produção e reprodução, o que inclui o exercício do trauma, do esquecimento e da memória¹⁵. Nesse ponto, cabe registrar que, segundo Maurice Halbwachs¹⁶, a memória é um fenômeno eminentemente coletivo, não podendo ser entendida, portanto, como puramente fisiológica. Para o autor, o indivíduo só se recorda na medida em que pertence a um grupo social: isolado, não é capaz de guardar lembranças por muito tempo. Não obstante – mesmo sendo um fenômeno coletivo no qual os “quadros sociais da memória” apontam para o que deve ser lembrado, esquecido ou comemorado –, é o indivíduo quem lembra, é o indivíduo quem recorre aos instrumentos sociais da fala e das ideias para tornar suas memórias inteligíveis e comunicáveis. Assim, visto que eventos traumáticos dispersam significados comumente aceitos, poderíamos vislumbrar como o testemunho pode auxiliar a endereçar a sempre aparente incompletude dos discursos sobre a violência.

É necessário sublinhar que a violência, e suas modalidades, estão no centro das reflexões acerca da relação entre memória e política, considerando que a presença do passado assombra a todo momento a imaginação contemporânea¹⁷. Podem se passar anos até que uma memória possa sobrevir na arena pública e que uma narrativa adquira forma para que, então, acontecimentos sejam nomeados. Nesse quesito, a testemunha de eventos traumáticos testemunha, para além de sua experiência pessoal, algo de significância social mais ampla¹⁸. Por vezes, o testemunho fala o que não deveria ser confrontado; outras vezes, ouvir o testemunho é escutar o que ainda não estava posto. Dessa forma, a estrutura disruptiva do testemunho é um desafio para o poder soberano e para o tempo político de natureza linear, com origens e pontos de chegada. É indiscutível que devemos lidar com as vozes pronunciadas pelos Estados – os atores com identidade incontestável nas Relações

¹⁴ Ibid., p. 150.

¹⁵ EDKINS, Jenny. *Trauma and the Memory of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 11.

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

¹⁷ BELL, Duncan. Introduction: Violence and Memory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 38, n. 2, p. 345-360, 2009, p. 346.

¹⁸ LACAPRA, Dominick. Op. cit., 2014, p. 89.

Internacionais, que, aliás, carregam características antropomórficas marcantes¹⁹. O problema repousaria na exclusão automática de outras vozes, como a de testemunhas, do campo de investigação das Relações Internacionais, pois essa seria uma decisão que restringiria irrefletidamente o horizonte epistemológico da disciplina.

Porém, para abordar o testemunho, é preciso antes esclarecer que memória não é o mesmo que história. Apesar de não serem instâncias incompatíveis, verificamos que há uma tensão entre as duas: elas entrelaçam-se, mas não coincidem. A história nem sempre pode crer na memória, e a memória desconfia de uma reconstrução do passado que não centralize os direitos à vida, à justiça e à subjetividade²⁰. Dessa maneira, mesmo que partilhem um mesmo objeto – a elaboração do passado –, a memória abarca mais do passado do que a disciplina convencionalmente denominada de História. A memória, sendo singular, menos árida e mais subjetiva²¹, é uma construção penetrada por conhecimentos e reflexos adquiridos após o acontecimento recordado e por experiências que se sobrepõem à recordação. De outro modo, a história é um relato ou uma escrita do passado segundo modalidades e regras, sendo capaz de fazer da memória um dos seus “domínios de investigação”²². Tornando-se um campo do saber, a história emancipa-se da memória.

Ainda assim, há influência da história sobre a memória, uma vez que não há memória original e não contaminada; e a memória também constantemente revisita a história, apontando para pontos cegos e generalizações apressadas²³. Existe uma relação tão íntima que teoria da história proposta por Paul Ricoeur²⁴, por exemplo, perpassa sua teorização da memória e do esquecimento. O autor distingue entre duas dimensões da memória que correspondem às noções gregas de *mnéme* (memória) e *anémnese* (recordação). Ao passo que a *mnéme* estaria mais perto da memória enquanto um tipo de conhecimento, a *anémnese* estaria mais perto da memória enquanto uma busca ativa da recordação.

A primeira, de aspecto cognitivo, salienta o problema da representação, o que inclui a problemática da presença/ausência e sua dimensão temporal. De modo geral, nessa percepção, a memória é o conjunto de traços presentes – sejam eles cerebrais, documentais ou impressões deixadas por eventos – cujas causas estão ausentes. Para Ricoeur, esquecer é apagar completa

¹⁹ WENDT, Alexander. The State as Person in International Theory. *Review of International Studies*, v. 30, n. 2, p. 289-316, 2004.

²⁰ SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo: una discusión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, p. 9.

²¹ TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. História, memória e política. Trad. Tiago Avó. [S.l.]: Unipop, 2012, p. 10.

²² Ibid., p. 22.

²³ Ibid., p. 37.

²⁴ RICOEUR, Paul. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ou parcialmente esses traços. Mas o esquecimento também possui um aspecto constitutivo na busca da *anémnese*, visto que a perda de memória impulsiona a recordação. No que se refere à *anémnese*, a grosso modo, vemos que o ato de recordar é um tipo de uso da memória que pode desdobrar-se em abusos de ordem patológica (como em memórias bloqueadas), prática (como a memória manipulada por versões dominantes e, geralmente, oficiais) e ético-política (como memórias obrigatórias no contexto do furor de comemorações). Por isso, o esquecimento não é o oposto da memória: esquecer e recordar são parte do mesmo processo.

E, ainda segundo Ricoeur, tal processo culmina numa reconstrução fundamentalmente narrativa. A narrativização seria o ordenamento e a estruturação, por meio da linguagem, de ações heterogêneas localizadas num referente fora da linguagem. Há um entendimento, então, de que a recordação é uma reconstrução narrativa, uma verbalização. Contudo, isso não significa que a mediação narrativa possui capacidade de resolver os paradoxos da experiência do mundo e os dilemas do tempo e da história. Por isso, narrar não possui uma capacidade ou, menos ainda, um dever, de resolver aporias – entendidas como dúvidas, incertezas e impasses que impedem a determinação de um sentido evidente. Como afirma Ricoeur, as aporias se resolvem pela narrativa no sentido poético, e não no sentido teórico do termo.

Em específico, Ricoeur reconhece que o testemunho, além de ser um problema histórico e jurídico, é também uma questão filosófica de natureza antropológica. Nesse sentido, ele argumenta que a palavra da testemunha não corresponde apenas à narrativa daquilo que viu, ela aponta para uma intenção que ultrapassa a história, indicando um caminho ético que interpela a consciência humana²⁵. O testemunho conferiria ao momento singular um caráter absoluto – como nos casos de atentados aos direitos humanos – e traria à luz o papel da memória e da crença. Frente a isso, o testemunho, enquanto ação ética e política, seria capaz de reabrir o passado e suas possibilidades não realizadas²⁶. Jean-Philippe Pierron assinala que Ricoeur, portanto, critica o postulado de que só é verdadeiro o que é empiricamente verificável, abrindo-se a uma terceira concepção de verdade que não está inclusa na clássica oposição entre *doxa/episteme*²⁷. Essa terceira concepção entende que o testemunho, como o poema – ou o texto literário –, é um dizer sobre o subjetivo, mas também é um dizer sobre o real e acerca de uma verdade que requer poética para ser dita.

²⁵ PORTOCARRERO, Maria Luísa. Testemunho e interpretação na filosofia de Paul Ricoeur. *Revista Filosófica de Coimbra*, v. 29, n. 57, p. 107-130, 2020, p. 112.

²⁶ *Ibid.*, p. 121.

²⁷ PIERRON, Jean-Philippe. De la fondation à l'attestation en morale: Paul Ricoeur et l'éthique du témoignage. *Recherches de Science Religieuse*, v. 91, n. 3, p. 435-459, 2003, p. 446.

Contudo, é preciso igualmente reconhecer que encarar a fala como um acontecimento que produz situações observáveis tem seus riscos, enfaticamente o de se perder em singularidades²⁸. E, caso não seja submetido à crítica, o detalhe pode ser tomado por uma abundante verosimilhança não necessariamente verdadeira. Ainda, a fala singular pode se tornar tão espantosa ao ponto de se transformar em apenas um objeto de fascinação e estetização. E o testemunho não seria um lugar habitado pela dor e pela emoção? Uma memória demasiadamente sensível? Seria um lugar, por conseguinte, que deveríamos abrir mão? A virada linguística dos anos 1970 e 1980, acompanhada da chamada virada subjetiva, teria ajudado a elevar o testemunho a uma condição de ícone? Sem dúvida, o testemunho se converteu em um relato de grande impacto fora da esfera jurídica nesse período. Mas, no quesito acadêmico, não é preciso adotar uma posição radical e reduzir o mundo social a uma simples e pura construção discursiva, a um jogo de linguagem. O fazer científico sujeita-se à argumentação, ao método e, quando requerido, deve apresentar provas. Levando isso em consideração, podemos afirmar que o lugar da emoção nas ciências sociais também provém da sobriedade aliada à obstinação da busca²⁹.

Nesse ponto, vale destacar o que pode ser descrito como o relativismo radical defendido por Hayden White, para quem “historical narratives [are] verbal fictions, the contents of which are as much *invented* as *found* and the forms of which have more in common with their counterparts in literature than they have with those in the sciences”³⁰. Essa posição parece dialogar com o fetichismo do relato memorial, que poderia ser identificado, por exemplo, em Claude Lanzmann, o realizador de *Shoah*. Ainda que seja magistral e de inegável impacto, Lanzmann passou a considerar seu filme como um acontecimento capaz de substituir o acontecimento real³¹. Isso pressuporia que a memória constituiria em si um acontecimento, e que, nesse caso, o Holocausto poderia ser reduzido a uma construção discursiva.

Abordar o testemunho como prova irrefutável ou como verdade mais verdadeira pode levar a consequências desastrosas. De fato, os gêneros testemunhais não ficcionais, seja no cinema, na literatura, nos meios plásticos ou midiáticos, parecem capazes de dar sentido à experiência. À primeira vista, eles seriam parte de um movimento de “devolução da palavra” e um instrumento mediador da verdade³². Mas essa é uma propositiva que merece certas

²⁸ FARGE, Arlette. Op. cit., 2011, p. 64.

²⁹ JABLONKA, Ivan. Op. cit., 2016, p. 269.

³⁰ WHITE, Hayden. *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1985, p. 82.

³¹ TRAVERSO, Enzo. Op. cit., 2012, p. 94.

³² SARLO, Beatriz. Op. cit., 2005, p. 50.

considerações. Ao constatarmos que emergências históricas criam novos sujeitos, notamos que o entendimento comum do século XX como o século da violência, das guerras, dos genocídios e das perseguições levou à inserção de categorias penais nas tentativas de compreendê-lo: seus atores passaram a ser assimilados como executores, vítimas e testemunhas³³. Nesse contexto, Daniele Giglioli refere-se à ascensão de uma mitologia vitimária, que se caracteriza, entre outras coisas, pela conquista do estatuto de vítima como estratégia de evitar qualquer tipo de crítica. Segundo o autor, a vítima passou a ocupar o lugar do sujeito passivo, inofensivo e inculpável. Em suas palavras,

(...) a memória é subjetiva, íntima, vivida, não negociável, autêntica se não verdadeira a priori: absoluta porque relativa. A memória não se escreve sem pronomes e adjetivos pessoais. Em seu centro, a testemunha; e testemunha por excelência é hoje aquele que traz inscrito em si, no corpo antes que na mente, o peso dos processos dos quais foi acometido: ou seja, a vítima.³⁴

Para Giglioli, a celebração da vítima ficou marcada sobretudo na década de 1970, e Jacques Derrida seria um dos pensadores expoentes nesse sentido. De maneira diversa, ao tempo em que reconhecemos os riscos infortúnios de se cair numa mitologia vitimária, recuperamos o pensamento derridiano com o propósito de indicar que, ao permitir a ficcionalidade, o testemunho faz-se um lugar privilegiado para abordar questões sobre a experiência e a construção da verdade. Sobre o tema, Dominick LaCapra fala em buscar um conhecimento amparado em proposições de verdade que não sejam apenas e unicamente cognitivas, mas que igualmente enderecem o problema daquilo que não é imediatamente apreensível, ou seja, do trauma³⁵ – o qual não deve ser glorificado – de maneira eticamente responsável³⁶. E, admitindo que o endereçamento do trauma é essencial para o entendimento histórico, percebemos que o testemunho mostra-se como uma instância que pode responder à tarefa de enfrentamento desse fragmento da realidade.

Sobre a catástrofe nuclear e suas testemunhas

Em vez de fuzis, nos deram pás.³⁷

Não se pode comparar isso com uma guerra, não é exato, mas todos comparam.³⁸

³³ TRAVERSO, Enzo. Op. cit., 2012, p. 100.

³⁴ GIGLIOLI, Daniele. *Crítica da vítima*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016, p. 12.

³⁵ O tema do trauma será melhor discutido nas seções seguintes.

³⁶ LACAPRA, Dominick. Op. cit., 2014, p. 42.

³⁷ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Op. cit., 2016, p. 133.

³⁸ Ibid., p. 168.

Desde pequenos eles conhecem a palavra alopecia, porque muitos ficaram sem pelos, sem cabelos, sem sobrancelhas, sem cílios.³⁹

Todos se calam: professores, médicos, enfermeiras. Acham que eu não suspeito de nada. Que não sei que vou morrer em breve. Mas de noite eu aprendo a voar.⁴⁰

“Adivinhe qual é o meu maior sonho.” “Qual?” “Uma morte comum.”⁴¹

Elas sabem tudo sobre si mesmas: o diagnóstico, o nome dos tratamentos e de todos os remédios. Sabem mais que as mães. E as brincadeiras? Correm pela enfermaria uma atrás da outra e gritam: “Eu sou a radiação! Eu sou a radiação!”⁴²

Um jovem médico... Ele começou lendo o juramento de Hipócrates. Contou-nos a respeito dos dados dos pacientes, de como todos eles eram guardados com selos de “segredo” ou “ultrasegredo”. De como a medicina e a ciência se submetiam à política. Aquele foi um tribunal de Tchernóbil.⁴³

Chegamos em grupo. Ninguém nos enviara para lá. Nós, um grupo de deputados bielorrussos da oposição. Que tempos! Que tempos aqueles! O poder comunista cedia terreno. Estava fraco, desacreditado. Cambaleava.⁴⁴

No fim da estadia, anotaram nas nossas carteiras militares a mesma quantidade de radiação para todos: a dose média de radiação multiplicada pelo número de dias de permanência.⁴⁵

Não havia outro jeito. E nas seções da comissão governamental, informava-se de maneira simples e habitual que: “Para tal coisa deve-se perder duas ou três vidas; para outra, uma vida”. Assim, simples e habitual.⁴⁶

Há dias aguardava-se na frente da tevê que Gorbatchóv aparecesse e se pronunciasse. Mas as autoridades se calavam...⁴⁷

O que era a radiação? Ninguém tinha ouvido nada.⁴⁸

Toda informação se tornava um segredo guardado a sete chaves para não “provocar pânico”. E isso durante as primeiras semanas. Justamente quando os elementos de vida curta emitiam a sua maior radiação, e tudo “irradiava”.⁴⁹

Mas na noite daquele mesmo dia, a vizinha me trouxe uns pozinhos. Um parente tinha dado a ela e explicado como tomar (ele trabalhava no Instituto de Física Nuclear); ele pediu, porém, silêncio absoluto sobre o assunto. Ela lhe deu a palavra de que ficaria muda como um peixe, como uma pedra! Ele temia, sobretudo, conversas e perguntas pelo telefone.⁵⁰

Ao longo de Prípiat, vemos barracas de acampamento, famílias inteiras descansando. Se banham, tomam sol. Essas pessoas não sabem que já há algumas semanas estão se banhando e tomando sol sob uma nuvem radiativa. Era terminantemente proibido falar com elas⁵¹.

³⁹ Ibid., p. 163.

⁴⁰ Ibid., p. 349.

⁴¹ Ibid., p. 289.

⁴² Ibid., p. 234.

⁴³ Ibid., p. 191.

⁴⁴ Ibid., p. 185.

⁴⁵ Ibid., p. 251.

⁴⁶ Ibid., p. 220.

⁴⁷ Ibid., p. 228.

⁴⁸ Ibid., p. 246.

⁴⁹ Ibid., p. 254.

⁵⁰ Ibid., p. 314.

⁵¹ Ibid., p. 326.

O que se passou aqui é algo desconhecido. É outro tipo de horror. Não se vê, não se ouve, não tem cheiro nem cor. No entanto, nós mudamos física e psicologicamente. Alterou-se a fórmula do sangue, o código genético, a paisagem.⁵²

Depois do almoço, começaram a anunciar pelo rádio que seriam feitas evacuações. Que nos tirariam da cidade por três dias, lavariam tudo e fariam as verificações.⁵³

Agora me lembro de tudo... Passavam mais e mais aviões. Todo dia. Passavam bem baixo, sobre a cabeça da gente. Voavam para o reator. Para a central. Um depois do outro. E nos evacuavam. Trasladavam. Tomavam de assalto as casas. As pessoas se trancavam, se escondiam. O gado mugia, as crianças choravam. A guerra!⁵⁴

As perguntas malditas: o que fazer e quem é culpado? São perguntas eternas. Invariáveis na nossa história.⁵⁵

Tchernóbil é uma catástrofe da mentalidade russa. Você nunca pensou nisso? Certamente estou de pleno acordo com os que escrevem que não foi o reator que explodiu, mas todo o sistema anterior de valores. Mas essa explicação ainda não me é suficiente.⁵⁶

O grande império se desfez em pedaços. “Desmoronou. Primeiro, com o Afeganistão, e logo depois com Tchernóbil. Com a queda do império, nós ficamos sozinhos. Temo dizer isso, mas nós... nós amamos Tchernóbil. Passamos a amar. Reencontramos o sentido da nossa vida. (...) Tchernóbil... Nós somos ao mesmo tempo as suas vítimas e os seus sacerdotes. É terrível pronunciar isso. Entendi isso faz pouco tempo.⁵⁷

Não se sabe muito sobre o que aconteceu. Até hoje, o conhecimento acerca dos impactos humanos e individuais de Tchernóbil permanece vastamente incompleto, uma vez que as pesquisas realizadas foram heterogêneas e insuficientes⁵⁸. A própria Organização Mundial da Saúde atesta, em relatório datado de 2006, que os estudos desenvolvidos não puderam prover informações científicas úteis sobre os efeitos advindos da explosão da Unidade Quatro de Tchernóbil⁵⁹. No entanto, como a radiação, as vozes de seus sobreviventes se recusam a simplesmente desaparecer. Elas estão abundantemente presentes no “teor testemunhal” característico da escritura do século XX, na qual o testemunho se mostra como uma face da literatura que se destacou na era das catástrofes⁶⁰. As catástrofes ocorridas no decorrer do século passado produziram eventos traumáticos próprios de seu tempo e, especialmente após o Holocausto, os testemunhos de suas vítimas, marcadas pela dificuldade em enunciar o vivido, passaram a circular com maior notoriedade no espaço público.

⁵² Ibid., p. 300.

⁵³ Ibid., p. 243.

⁵⁴ Ibid., p. 61.

⁵⁵ Ibid., p. 305.

⁵⁶ Ibid., p. 264.

⁵⁷ Ibid., p. 334.

⁵⁸ PETRYNA, Adriana. *Life Exposed: biological citizens after Tchernóbil*. Princeton: Princeton University Press, 2013, p. XVI.

⁵⁹ OMS. *Health Effects of the Tchernóbil Accidents and Special Health Care Programmes*. Report of the UN Tchernóbil Forum. Expert Group “Health”. Genebra, 2006.

⁶⁰ SELIGMANN- SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, v. 30, p. 71-98, 2005, p. 85.

Nesse período, são notáveis as tentativas de se valer da lei para tentar ajustar grandes traumas coletivos mediante a racionalidade e a tecnicabilidade de julgamentos jurídicos, como com a instalação de grandes tribunais⁶¹. Mas, mesmo nesses espaços, a objetividade jurídica encaminha a dúvida: em que medida devemos recorrer aos sobreviventes para reconstruir o ocorrido? Eles são fontes confiáveis? As testemunhas não estão sempre suscetíveis à parcialidade, à invenção e ao perjúrio? Não seria mais oportuno apelar exclusivamente aos documentos? Ainda assim, em dimensões variáveis, os testemunhos foram usados como forma de transmissão daquilo que aconteceu, como uma ferramenta de comunicação de provas inimagináveis. Só que as tentativas de traduzir o trauma em consciência excederam os tribunais. Além das representações hiperrealistas exibidas em filmes com cenas extremamente violentas, que causavam a impressão de irrealidade e faziam com que os espectadores não aceitassem a realidade do horror revelado⁶², os testemunhos das catástrofes encontraram uma morada mais hospitaleira na literatura.

Como é o caso do livro *Vozes de Tchernóbil*, lançado pela primeira vez em 1997 – cerca de uma década depois da explosão do reator nuclear – e que integra a coleção editorialmente conhecida como *Vozes da Utopia*, composta por cinco publicações que buscam registrar as experiências de grandes acontecimentos que marcaram de forma traumática o regime soviético, como a Segunda Guerra Mundial, a guerra afgã-soviética e, claro, a catástrofe de Tchernóbil. Sinalizando a ausência de instrumentos discursivos qualificados a compreenderem plenamente o acontecido, Svetlana Aleksievitch procura apresentar um novo entendimento do que ocorreu em Tchernóbil tendo por base suas testemunhas, incluindo os trabalhadores que tentaram conter os incêndios resultantes da explosão, pessoas evacuadas das áreas contaminadas e especialistas de várias áreas conectadas ao acidente. Na forma como a autora realiza a busca, o encontro, o registro e a síntese de vozes, percebemos como sua escrita produz uma ação sobre o tempo e sobre a história⁶³, abrindo-se a uma outra possibilidade de narração daquele evento. Nas suas palavras,

Este livro não é sobre Tchernóbil, mas sobre o mundo de Tchernóbil. Sobre o evento propriamente, já foram escritos milhares de páginas e filmados centenas de milhares de metros em película. Quanto a mim, eu me dedico ao que chamaria de história omitida, aos rastros imperceptíveis da nossa passagem pela Terra e pelo tempo. Escrevo os relatos da cotidianidade dos sentimentos, dos pensamentos e das palavras. Tento captar a vida cotidiana da alma. A vida ordinária de pessoas comuns.

⁶¹ FELMAN, Shoshana. *O Inconsciente Jurídico: julgamentos e traumas no século XX*. Trad. Ariani Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2014, p. 128.

⁶² HARTMAN, Geoffrey. *The Longest Shadow: In the Aftermath of the Holocaust*. Bloomington: Indiana University Press, 1996, p. 157.

⁶³ MANNA, Nuno; LAGE, Igor. Uma “catástrofe do tempo”: narrativa e historicidade pelas Vozes de Tchernóbil. *Galáxia*, Especial 1 – Comunicação e Historicidades, p. 34-46, 2019, p. 44.

(...) Tchernóbil para elas não é uma metáfora ou um símbolo, mas a sua casa. Quantas vezes a arte ensaiou o Apocalipse, experimentou diversas versões tecnológicas do fim do mundo, mas agora sabemos com certeza que a vida é mais fantástica ainda.⁶⁴

Sem dúvida, esse acidente nuclear, ocorrido em 26 de abril de 1986, foi uma experiência extremamente traumática, em parte por sua natureza sem precedentes. Dentre seus inúmeros tipos de relatos, testemunhais ou não, o estranhamento, a sensação de não antes experimentado, a impressão de não haver qualquer registro anterior na imaginação e na consciência são aparentes. Em particular, somado a isso, suas testemunhas demonstram a dificuldade de enunciação da experiência de “ter estado ali presente”, ao mesmo tempo em que expressam sua simultânea urgência em falar e se fazer ouvir. Assim, em *Vozes de Tchernóbil*, Aleksiévitich traz uma narrativa do indizível produzida pelas vozes das vítimas do acidente, chamando a atenção para a relação entre política, memória e esquecimento, bem como para desafios que tal relação revela à escrita⁶⁵:

Aqui, não se tem o direito de inventar. Deve-se mostrar a verdade como ela é. Exige-se uma “supraliteratura”, uma literatura que esteja além da literatura. É a testemunha que deve falar (...). Ouvi mais de uma vez e ainda ouço que isso não é literatura, que é documento. Mas o que é literatura hoje? Quem pode responder?⁶⁶

Em seu texto, a autora conecta a realidade dos sobreviventes de Tchernóbil, uma realidade contaminada pela morte e pela radiação, ao restante do mundo numa tentativa de validar esse trauma e fazer com que ele seja socialmente aceito⁶⁷. Por isso, é também uma narrativa de um trauma que provê conhecimento de experiências que não haviam sido disponibilizadas até então em um contexto mais amplo, mesmo que a explosão tenha se tornado uma agitação inserida numa circunstância de extrema instabilidade política na União Soviética.

A questão é que esse acontecimento rapidamente se converteu em uma fonte de tensões sócio-políticas que tinha os sobreviventes em seu epicentro. Apesar da quantidade de radionuclídeos liberados na atmosfera superarem de seis a oito vezes a dose estimada como fatal⁶⁸, o acidente nuclear foi inicialmente acobertado por autoridades e muitos de seus efeitos não foram imediatamente visíveis. Assim, mesmo estando no rol de grandes acontecimentos do século XX, não foi possível haver uma lamentação pública adequada por algum tempo. Nesse ponto, se aceitarmos a proposição de Hannah Arendt, para quem experiência humana

⁶⁴ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Op. cit., 2016, p. 40.

⁶⁵ SEIXAS, Jacy. *Vozes de Tchernóbil: o tempo suspenso, o horror e a linguagem da memória e do esquecimento*. *Gragoatá*, v. 23, n. 47, p. 737-751, 2018.

⁶⁶ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Op. cit., 2016, p. 372-373.

⁶⁷ KARPUSHEVA, Anna. Svetlana Aleksievich's Voices from Tchernóbil: between an oral history and a death lament. *Canadian Slavonic Papers*, v. 59, n. 2, p. 1-22, 2017, p. 4.

⁶⁸ PETRYNA, Adriana. Op. cit., 2013, p. XIII.

carrega uma dimensão de profundidade que só pode ser alcançada mediante a recordação⁶⁹, percebemos que a narrativa contida em *Vozes de Tchernóbil* tenta superar rupturas epistemológicas que o acidente trouxe consigo. Sob esse ângulo, a obra de Aleksiévitich lançaria um espaço para se repensar os processos comunicativos que pretendem significar eventos traumáticos. Ela mostra que os testemunhos são capazes de perfurar as percepções sobre um acontecimento, dando maior densidade ao ocorrido, especialmente porque a elaboração de memórias traumáticas a partir de fontes testemunhais produzem significados que desafiam um certo tipo de história que enfoca desmedidamente os grandes eventos dos Estados.

Na condição de evento traumático, as testemunhas de Tchernóbil levantam uma aporia comparável àquela produzida por Auschwitz, no sentido de que são experiências produtoras da “própria aporia do conhecimento histórico: a não-coincidência entre fatos e verdades, entre constatação e compreensão”⁷⁰. O livro em questão mostra-se um mosaico de inúmeras narrativas de testemunhas diretas e indiretas que confrontam a compreensão histórica do acontecimento⁷¹. Individualmente, cada testemunho relata uma perda trágica. Lidos coletivamente, inclusive sob a forma de coro, produzem uma das imagens do que significou aquela catástrofe. Nas palavras de Jacy Seixas,

As narrativas da memória de Tchernóbil são minuciosas, insistentes, atentas às nuances, à sua historicidade própria, plenas de afetos contraditórios, reveladoras do multifacetamento da experiência traumática, da ir-racionalidade das condutas, da fragilidade e força da condição humana, dos embates e acomodações entre a rememoração e o esquecimento, entre a memória voluntária e a involuntária (insubmissa às imposições da consciência).⁷²

E, para atingir seu feito, com propósitos sociais, epistêmicos e estilísticos, Aleksiévitich se vale do método da história oral. Aqui, cabe a observação de que o título e o subtítulo no original russo (*Чернобыльская молитва*, “A prece de Tchernóbil: uma crônica do futuro”, em tradução livre) carregam traços diferentes do observado nas traduções para o inglês (*Voices from Tchernóbil: the oral history of a nuclear disaster*) e para o português (*Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*), por exemplo. Além do título, há algumas diferenças no conteúdo e na estrutura, como a aparição da listagem dos títulos dos testemunhos em forma de sumário na tradução para o inglês – em contraposição à estrutura mais unificada do original. É uma mudança que parece indicar uma tentativa de alinhamento

⁶⁹ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

⁷⁰ AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?: e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 20.

⁷¹ SEIXAS, Jacy. Op. cit., 2018, p. 739.

⁷² Ibid., p. 741-742.

do livro ao projeto tradicional da história oral, em uma busca por promover determinados objetivos epistemológicos. De qualquer modo, é certo que o livro de Svetlana Aleksievitch tensiona o limiar entre história oral e literatura.

A autora traz uma perspectiva simultaneamente documental e literária no seu romance de vozes de teor testemunhal e, com isso, propõe um movimento epistêmico. Nesse sentido, Aleksievitch declara: “sempre me atormentou o fato de que a verdade não se sustenta num só coração, num só espírito. Que ela é de algum modo fragmentada, múltipla, diversa e dispersa pelo mundo”.⁷³ Tchernóbil foi uma catástrofe do tempo⁷⁴ e seus testemunhos, tal qual apresentados pela autora, põem em questão algumas percepções humanas que são fruto do pensamento moderno⁷⁵. Tendo isso em vista, *Vozes de Tchernóbil* se apresenta como uma fonte de essência híbrida e desajustada, por não pertencer completamente ao eixo da literatura – entendida como o território da liberdade e do imaginário –, tampouco por pertencer inteiramente ao eixo do utilitário – lugar habitado pelo real e verídico.

É uma obra, portanto, “anfíbia”, de traços literários e cognitivos⁷⁶, acerca da qual não há consenso sobre onde se encaixar⁷⁷. Assim, podendo ser enquadrado nas categorias de jornalismo, memória, testemunho ou arquivo, é um livro que suscita discussões que atravessam diversas problemáticas e áreas do conhecimento. Em específico, é um livro que impulsiona a reavaliação de nossas condições de compreender as relações entre o testemunho, a verdade e as Relações Internacionais, por ser um discurso diferente dos discursos impessoais e objetivamente distanciados e por proporcionar um tipo de conhecimento advindo da experiência singular de um indivíduo.

Sobre a literatura

Escrever sobre isso agora, quando não se passaram mais que dez anos... Um instante! Escrever? Parece arriscado. Não é seguro. Não esclareceremos nem descobriremos nada. No entanto, podemos inventar algo que se assemelhe à nossa vida.⁷⁸

Tchernóbil explodiu contra o fundo de um total despreparo da consciência e absoluta fê na técnica. Não tínhamos nenhuma informação. Havia montanhas de papéis com o carimbo “ultrasseguro”: “Declara-se que são secretos os dados do acidente”; “Declara-se que são secretos os resultados de tratamentos médicos”; “Declara-se que são secretos os índices de afecção radiativa do pessoal que interveio na liquidação”.⁷⁹

⁷³ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Op. cit., 2016, p. 372.

⁷⁴ LOPES, Alfredo; RODRIGUES, Rauer. Industrialização e crise ambiental: a representação do desastre nuclear em *Vozes de Tchernóbil*, de Svetlana Aleksievitch. *Revista Tempo e Argumento*, v. 11, n. 26, p. 44-66, 2019.

⁷⁵ MANNA, Nuno; LAGE, Igor. Op. cit., 2019, p. 39.

⁷⁶ JABLONKA, Ivan. O terceiro continente. *ArtCultura*, v. 19, n. 35, p. 9-17, 2017, p. 11.

⁷⁷ LISBOA, Isabella Souza. Svetlana Aleksievitch e as mulheres do front. *Em Tese*, v. 26, n. 1, p. 42-56, 2020.

⁷⁸ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Op. cit., 2016, p. 173.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 257.

Falam de Tchernóbil, escrevem sobre Tchernóbil. Mas ninguém sabe o que é. Aqui, agora, tudo é diferente: nascemos e morremos de outro modo. Não mais como os outros.⁸⁰

O mesmo se dará com Tchernóbil. No futuro ainda voltaremos a Tchernóbil e ele se revelará para nós com mais profundidade. Ele se converterá em algo sagrado. Num muro das lamentações. Por enquanto não há fórmulas. Não há fórmulas! Não há ideias. Os curie, os rems, os roentgen — isso não significa assimilar a realidade. Não é filosofia. Não é uma visão de mundo. O nosso homem ou leva um fuzil, ou leva uma cruz. Tem sido assim por toda a nossa história. E não existiu outro homem. Ainda não.⁸¹

Mas quando você vive aqui, percebe que nada disso é ficção científica, nada disso é arte, que é a vida. A minha vida.⁸²

No hospital, nos últimos dias, eu levantava a mão dele e os ossos se moviam, dançavam, se separavam da carne. Saíam pela boca pedacinhos do pulmão, do fígado. Ele se asfixiava com as próprias vísceras. Eu envolvia a minha mão com gaze e a enfiava na boca dele para retirar tudo aquilo... É impossível contar isso! É impossível escrever sobre isso!⁸³

Tendo isso em vista, pensando a partir das Relações Internacionais, é preciso perguntar o que seria esse gênero literário, afinal. O que seria, de fato, a literatura? Qual seu limite? Quem julga, e com que autoridade, o que é literatura? Quem determina que um texto é parte de um fenômeno literário? A questão é que a Literatura, uma instituição histórica relativamente recente, não possui nenhuma referência assegurada de que um texto está satisfatoriamente categorizado como literário, não existe nenhuma segurança de que determinado texto está sendo bem julgado enquanto literatura⁸⁴. Poderíamos refletir, como propõe Jacques Derrida, sobre o que faria com que um relato comum – por exemplo, o de Franz Kafka em *Diante da Lei* – se tornasse ou fosse encarado como literatura. Seguindo o argumento derridiano, o que asseguraria essa passagem, de modo geral, seria o excesso de algo que permanece inacessível ao relato, isto é, algo que o escapa, um tipo de segredo que apenas a literatura consegue dizer sem dizer⁸⁵. Tomando uma posição mais direcionada à discussão proposta, seria dizer que algumas formas literárias podem prover uma maior margem para explorar modalidades de resposta a experiências singulares.

Inicialmente, devemos anotar que a literatura é uma palavra latina e está subscrita à essa latinidade⁸⁶, conforme Derrida argumenta,

A literatura é uma instituição pública de invenção recente, com uma história comparativamente curta, governada por todos os tipos de convenções vinculadas à

⁸⁰ Ibid., p. 355.

⁸¹ Ibid., p. 329-330.

⁸² Ibid., p. 344.

⁸³ Ibid., p. 32.

⁸⁴ DERRIDA, Jacques. Before the Law. In: ATTRIDGE, Derek (Ed.). *Acts of Literature*. Nova York: Routledge, 1992, p. 188.

⁸⁵ DERRIDA, Jacques. *A Literatura em Segredo: uma filiação impossível* [online]. Trad. Piero Eyben, p. 28.

⁸⁶ DERRIDA, Jacques. *Demorar: Maurice Blanchot*. Trad. Flávia Trocoli e Carla Rodrigues. Florianópolis: Editora UFSC, 2015, p. 29.

evolução da lei, o que permite, em princípio, que tudo possa ser dito. Assim, o que define a literatura como tal, no interior de uma certa história europeia, está profundamente ligado a uma revolução na lei e na política: a autorização baseada no princípio de que qualquer coisa possa ser dita publicamente. Em outras palavras, não sou capaz de separar a invenção da literatura, a história da literatura, da história da democracia. Sob o pretexto da ficção, a literatura deve ser capaz de dizer tudo; ou seja, é inseparável dos direitos humanos, da liberdade de expressão, etc..⁸⁷

A literatura seria, dessa maneira, uma instituição que receberia a alcunha de estranha por permitir tudo dizer, isto é, permitir dizer qualquer coisa. Isso porque o escritor pode falar qualquer coisa que pense ou deseje de forma pública, da maneira que quiser e sem ser julgado. É isso que, em outras palavras, torna-a tão estranha: a literatura possui a sua lei e se inscreve nela assim como toda instituição, mas a todo tempo desobedece-a para que o autor se expresse como queira⁸⁸. Com isso, a literatura é capaz de suspender as pressuposições – que normatizam, regulam, organizam, orientam – em que sua própria instituição está ancorada.

Ainda, o tudo dizer estende à literatura o direito ao segredo. Aqui, o segredo não deve ser entendido como o oculto, e sim como o não dito, o indizível do discurso, o reconhecimento da impossibilidade de dizer⁸⁹. Essa concepção é especificamente significativa na reflexão acerca do testemunho porque o segredo opera como uma ponte entre ele e a literatura. Na literatura, o direito ao segredo é uma espécie de direito a não resposta, pois o texto literário permanece em segredo mesmo depois de esgotadas todas as hipóteses de sentido e intenção que podem ser conferidas ao autor, já que ninguém pode precisar rigorosamente quais foram seus reais desejos no momento da escrita. Por sua vez, o segredo no testemunho é algo que remete a uma coisa não presente no relato, fato que lhe garante uma natureza que não é totalmente declarativa. É dizer, o testemunho não revela o segredo. Esse entendimento do segredo não diz respeito à possível revelação do segredo por parte da testemunha, mas à condição de “não-saber” que o destinatário acaba por portar. O segredo está na narrativa como o indecifrável, na medida em que o testemunho testemunha o que se apresenta e o que se ausentifica na sua narrativa. Por isso, o testemunho não é inteiramente discursivo, tendo em consideração seus espaços de silêncio⁹⁰.

Assim, a “coisa” testemunhada é acessada de forma mediada – passando pela testemunha, não há um acesso direto e imediato ao acontecimento –, permitindo que a testemunha mantenha um segredo. Não é possível nos colocarmos, de fato, no lugar do outro

⁸⁷ DERRIDA, Jacques. Observações sobre desconstrução e pragmatismo. In: MOUFFE, Chantal (Org.). *Desconstrução e Pragmatismo*. Trad. Victor Dias Maia. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 123.

⁸⁸ DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada Literatura*: uma entrevista com Jacques Derrida. Trad. Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

⁸⁹ DERRIDA, Jacques. *Paixões*. Trad. Lóris Z. Machado. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995, p. 45.

⁹⁰ DERRIDA, Jacques. Poetics and Politics of Witnessing. In: _____, Jacques. *Sovereignities in question: the poetics of Paul Celan*. Nova York: Fordham University Press, 2005, p. 76-77.

para constatar como verdade ou mentira aquilo que foi narrado. Diante dessa impossibilidade, a incerteza insiste em habitar o testemunho, ofuscando-o como meio de prova. Em consequência, por sua pretensão de verdade estar sempre em questionamento, o traçado entre verdade e ficção torna-se tênue nesse tipo de discurso. Tal qual a literatura, o testemunho enfrenta a complexa relação entre o saber e o não saber, já que certa dose de ficcionalidade presente em ambos impede a afirmação de uma verdade primeira. Mas é relevante destacar que ficção e literatura não são sinônimos: nem toda ficção é literária, nem toda literatura é da ordem da ficção (ainda que sempre haja ficcionalidade na literatura).

Pode existir uma ficção que não é literatura, pois, para ser literatura, uma comunidade deve reconhecer determinado texto como literário. A característica de tudo suportar da literatura dá-se por ela não possuir essência nem substância, apenas funções. Assim, nenhum enunciado pode ser considerado intrinsecamente literário antes de passar a possuir uma “intencionalidade específica inscrita num corpo social”⁹¹, de forma que um mesmo texto pode ser considerado literário sob determinadas convenções e não literário, sob outras. A literatura depende de sua leitura. Por seu turno, a premissa de “tudo poder dizer” da literatura é garantida pela ficcionalidade – o autor do texto não precisa responder diante da lei sobre a veracidade do que diz –, mas a literatura continua não tendo qualquer essência. Por essa razão, não há como afirmar que toda escrita literária é puramente ficcional, como demonstrado pelo teor testemunhal aparente em *Vozes de Tchernóbil*. Portanto, esse emaranhamento entre testemunho e literatura, percebido por Derrida e observado no livro de Svetlana Aleksievitch, evidencia que um texto jamais existe “em si”. Um texto pode ser lido como testemunho autêntico, como uma peça jurídica, como um arquivo, como uma ficção literária.

Então, pode irromper, a qualquer instante, um texto que se apresente como um fenômeno literário, como *Vozes de Tchernóbil*. Cabe ao pesquisador, nessas circunstâncias, abordá-lo como uma fonte de informação. É a argumentação aliada à pergunta de pesquisa que elevam um documento à dignidade de dizer algo verdadeiro, que transforma o objeto-fonte em evidência⁹². Ademais, antecipar o momento do julgamento do texto no tribunal da literatura – como maneira de não dispensá-lo instantaneamente – é um ato que marca um lugar de responsabilidade. Nesse sentido, por tocar no tema da relação entre literatura e verdade, *Vozes de Tchernóbil* torna-se um lugar privilegiado para pensar sobre o testemunho e as Relações Internacionais. Especialmente nesse caso, fica aparente o limite

⁹¹ DERRIDA, Jacques. Op. cit., 2015, p. 27.

⁹² JABLONKA, Ivan. Op. cit., 2016, p. 183.

instável entre testemunho e literatura, que diz respeito acerca da fidelidade ou infidelidade do texto. Com efeito, todo testemunho está imerso na questão relacionada à mentira, à verdade e à veracidade autobiográfica e, ao lidar com as mais diversas vozes, o testemunho é uma instância que solicita uma reflexão sobre limites e modos de representação – numa perspectiva mais ética do que estética.

Sobre o testemunho

Se você conversa com alguém, essa pessoa começa a contar e te agradece por tê-lo escutado. Não te fará entender, mas pelo menos você o ouviu. Porque ele mesmo não entendeu... Assim como você...⁹³

Eu quero testemunhar. Isso aconteceu há dez anos e todo dia se repete comigo. Agora mesmo. Carrego isso sempre comigo. Vivíamos na cidade de Prípiat. Nessa mesma cidade que hoje o mundo inteiro conhece. Não sou escritor, não saberia como contar... Mas sou testemunha.⁹⁴

A fronteira entre o real e o irreal está se apagando...⁹⁵

Pouco antes da explosão, várias pessoas parecem ter visto uma luminosidade estranha sobre a central. Alguém inclusive a fotografou. Na película se descobriu que era um corpo extraterrestre que levitava.⁹⁶

Eu sonhava! Lamentava não estar lá em 1917 ou em 1941. Hoje penso de outra forma: eu não quero viver a história, no tempo histórico. A minha pequena vida ficaria imediatamente sem defesa. Os grandes acontecimentos a esmagariam sem sequer notá-la. Sem se deter. (Fica pensativa.) Depois de nós, restará apenas a história. Restará Tchernóbil. E onde está a minha vida? O meu amor?⁹⁷

Estão morrendo, e ninguém lhes perguntou de verdade sobre o que aconteceu. Sobre o que sofremos, o que vimos.⁹⁸

Se nos determos, rapidamente, a eventos que ocorrem em ambientes restritos, frequentemente inacessíveis ao pesquisador, observamos que não seria espantoso recorrer a relatos falados ou escritos de pessoas que presenciaram tais acontecimentos, pessoas que estiveram “nos bastidores”. Também não é incomum que diplomatas, economistas ou funcionários a serviço de agências internacionais, a título de exemplo, tenham suas experiências pessoais narradas e publicadas em diversos formatos, como entrevistas ou livros de memórias. Similarmente, alguns conjugam a atividade profissional com o ofício científico ao coletar informações disponíveis no dia a dia e aplicá-las, de uma forma ou outra, à pesquisa acadêmica. Ser testemunha de algo, nesse sentido, acaba tanto posicionando a

⁹³ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Op. cit., 2016, p. 130-131.

⁹⁴ Ibid., p. 65.

⁹⁵ Ibid., p. 179.

⁹⁶ Ibid., p. 180.

⁹⁷ Ibid., p. 270.

⁹⁸ Ibid., p. 38.

“verdade” como um produto de uma atividade sensorial quanto se tornando uma forma de reconstruir determinado evento.

Essa noção, contudo, não se restringe a circunstâncias em que há dificuldade de acesso a dados. Na realidade, não é difícil perceber que o testemunho é capaz de oferecer outras e novas percepções frente a eventos vastamente documentados e até pertencentes ao nível do corriqueiro. Na tradição ocidental, o testemunho é tema de vários campos do conhecimento, que vão desde a Teologia e o Direito, passando pela Psicologia e pela Psicanálise, até a História, a Filosofia e a Literatura. Isso porque a maneira pela qual evocamos, utilizamos e interpretamos a linguagem possui importantes implicações para como pensamos o ser humano na qualidade de sujeito⁹⁹. Então, é também nesse contexto que, ao acentuar o potencial da linguagem de, ao mesmo tempo, produzir e registrar um evento, a entidade da testemunha permite uma análise que atravessa os conceitos de experiência e linguagem.

Nesse cenário, o que pode se mostrar de particular interesse para as Relações Internacionais é o fato de, embora a prática sociolinguística do testemunho estar inscrita em variados contextos históricos, geográficos e culturais ao longo do tempo, a reflexão sobre o testemunho ser feita sobretudo em relação ao período contemporâneo e às grandes catástrofes do século XX¹⁰⁰. Márcio Seligmann-Silva, inclusive, aproxima duas expressões conhecidas, aquelas de Eric Hobsbawm e de Shoshana Felman, para associar a “era das catástrofes” à “era dos testemunhos”¹⁰¹. Com efeito, guerras, genocídios, revoluções, repressões políticas e militares marcaram a experiência vivida do século passado, de modo que suas recordações não resultaram efêmeras. Ao contrário, são antes experiências que carregaram recordações fundadoras¹⁰² e traumáticas (tomemos como ilustrativas as bombas nucleares, a Guerra Fria ou as lutas de emancipação anticolonial). Nesse sentido, o próprio estudo das Relações Internacionais adentrou os departamentos universitários numa tentativa de lidar com o trauma político e humanitário emergido da Primeira Guerra Mundial. Acontecimento esse que marcou, quase paradoxalmente, tanto o começo dos testemunhos em massa como a obstrução da possibilidade de enunciar a experiência, notoriamente por parte dos soldados afetados pelo choque da guerra (*shell shock*)¹⁰³. A dimensão traumática do político, sob esse ângulo, mostra-se uma variável que acompanha as Relações Internacionais desde sua gênese enquanto disciplina acadêmica.

⁹⁹ STRUBLE, Maria. *The Singularity of Witness: Memory, Poetry and the Refugee*. 2008. 297 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Lancaster, Lancaster, 2008, p. 10.

¹⁰⁰ PORTOCARRERO, Maria Luísa. Op. cit., 2020, p. 113.

¹⁰¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Op. cit., 2005, p. 82.

¹⁰² TRAVERSO, Enzo. Op. cit., 2012, p. 14.

¹⁰³ SARLO, Beatriz. Op. cit., 2005, p. 30.

Mas isso não se dá por mera coincidência. Como conhecido, no sentido freudiano, o trauma é uma experiência que leva à mente um estímulo maior do que pode ser absorvido, manifestando-se posteriormente em atos obsessivos sem ligação consciente com o presente. Ainda que real, o evento traumático ocorre fora dos parâmetros da realidade “normal”, fora de categorias identificáveis de causalidade, sequência, tempo e espaço, ou seja, fora da compreensão imediata e comunicável¹⁰⁴. O trauma na esfera política, nessa percepção, seria então caracterizado pela recepção de um evento transbordante que é sentido, mas não imediatamente entendido; que desafia a linguagem, mas insiste em ser comunicado; que deve ser esquecido, mas é continuamente lembrado e revivido¹⁰⁵. Além do mais, os acontecimentos que provocam o trauma são catastróficos¹⁰⁶, caracterizados pelo uso da força e da violência, sendo, por isso, situações em que as relações de poder encontram-se dilatadas, particularmente aquelas localizadas no seio da relação do sujeito com sua comunidade política. Frente a isso foi que as Relações Internacionais, no início do século passado, tomaram para si a empreitada de traduzir impossibilidades narrativas em conhecimento e significado prático.

Então, abordar o testemunho nas Relações Internacionais é uma tarefa que nos ajuda a vislumbrar o papel da linguagem de comunicar informações. Conforme visto, a disciplina deve, a todo instante, endereçar questões sobre a violência, inclusive no que se refere a eventos de cunho traumático. E, nesses contextos nos quais o trauma resiste à comunicação transmissível, o testemunho se mostra um espaço de interesse. Não é que o testemunho seja capaz de prover uma revelação mística sobre determinado acontecimento; ele é, pelo contrário, um lugar que permite vislumbrar a insistência da não-replicabilidade absoluta da experiência. Quando relativiza a viabilidade de uma objetividade transparente, o testemunho mostra a possibilidade de inscrição da escrita – quando esta se pretende totalizadora – num processo violento. Além disso, o testemunho se apresenta enquanto uma instituição social e uma dimensão do exercício da memória relevante para a esfera política. Por isso, é necessário entender o que pode significar o testemunho, assim como suas pressuposições, implicações e os problemas que suscita.

Logo, de início, devemos esclarecer que testemunhar não é provar. Isto é, o testemunho, por si só, não supre as necessidades teórico-epistemológicas do que

¹⁰⁴ FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori. *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*. Nova York: Routledge, 1992, p. 69.

¹⁰⁵ RESENDE, Erica; BUDRYTE, Dovile (Eds.). *Memory and trauma in International Relations: theories, cases and debates*. Nova York: Routledge, 2014, p. 2-3.

¹⁰⁶ SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Editora Escuta, 2000, p. 8-9.

denominamos conhecimento. Isso porque ele é um discurso de provação sem prova, um ato de fé junto à palavra jurada, é, enfim, uma promessa de verdade. À vista desse reconhecimento, Jacques Derrida apresenta uma proposta de não ler o testemunho enquanto um tipo de relato estritamente associado à verdade, um relato que apresentaria a “coisa mesma”. O proposto por ele é, de outro modo, pensar o testemunho como um discurso indissociável da possibilidade de ficção. E, nessa possibilidade de ficção do testemunho, seria onde a desconstrução¹⁰⁷ operaria. No entanto, é necessário assinalar que, mesmo não podendo ser prova, o testemunho tenta provar algo.

Para Derrida, a testemunha é a pessoa que repete alguma coisa vivida na intenção de reproduzir uma situação passada, tentando se tornar um meio de prova. O testemunho seria, então, um ato que presumiria uma sequência temporal garantidora da repetição do instante do acontecimento passado¹⁰⁸. Nessa concepção de tempo, há o entendimento de uma sucessão de instantes, de “agoras”, conforme comentado por Aristóteles e referido por Derrida como “tempo vulgar”¹⁰⁹. É uma concepção que lê o tempo como presença, sendo o testemunho uma espécie de comprometimento com uma presença passada, um ato que presentificaria e repetiria o instante passado. A partir dessa noção, seria possível alcançar o ideal de que é possível reproduzir uma presença verdadeira e plena de um acontecimento passado.

Por outra via, se adotarmos a posição de que o instante que irá ser testemunhado perdeu-se no tempo passado, e não se encontra mais plenamente presente, entendemos que é exatamente essa incapacidade de repetir o instante que torna possível o testemunho¹¹⁰. Quando há a repetição da coisa testemunhada, o testemunho já repete uma ausência – uma virtualização –, já sendo uma “fragmentação do verdadeiro”¹¹¹. Por esse caminho, o testemunho se dá no rastro do acontecido, não na presença própria do acontecimento. Pensado dessa forma, o testemunho se insere numa cadeia de remissões a eventos passados – inclusive no que se refere a lacunas, dúvidas, desejos e imaginações – e acontece já assombrado pela ausência do ocorrido, já afetado pela ficcionalidade.

Ao se apoiar na memória, o testemunho é incapaz de produzir uma narrativa integral do evento, tanto mais quando se leva em questão a noção do rastro. Não se deve considerar, contudo, que o testemunho nega o acontecimento em si: ao contrário, ela afirma o acontecimento a partir de seus vestígios. A ideia de rastro põe em questão, na realidade, a

¹⁰⁷ Esse tema será melhor trabalhado na próxima seção.

¹⁰⁸ DERRIDA, Jacques. Op. cit., 2015, p. 42.

¹⁰⁹ DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Porto: Rés-editora, 1972, p. 71.

¹¹⁰ DERRIDA, Jacques. Op. cit., 2015, p. 43.

¹¹¹ DERRIDA, Jacques. Op. cit., 2015, p. 81.

objetividade do relato acerca do acontecimento. Sua própria estrutura expressa a dificuldade de oferecer uma versão do fato com uma objetividade fiel, pois todo testemunho é permeado de interesses e visões que acabam por significar o narrado. Mesmo as representações fotográfica e televisiva, para tomar espécies de reprodução que envolvem a técnica como exemplo, dependem de uma variedade de códigos interpretativos para conferir sentido a seus materiais, incluindo as condições culturais e linguísticas de dada comunidade. Por isso, sempre há uma narratividade, um evento simplesmente não existe sem ser narrado¹¹².

Nesse contexto, o rompimento da crença no testemunho pode acontecer pelo oferecimento de um falso testemunho – uma testemunha que engana-se sobre aquilo que narra –, ou de um testemunho falso – uma testemunha que mente, perjura¹¹³. Há uma linha divisória confusa entre esses dois tipos porque, de um lado, não há como saber as reais intenções do outro de forma incontestável e, de outro, porque o testemunho não enuncia uma verdade pré-estabelecida. Não sendo um ato puramente declarativo, ele não consiste apenas em descrever algo e sua essência não se reduz à narração. Extrapolando a pretensão de puramente informar e constatar, o testemunho se constrói enquanto um ato performativo: é um dizer que se diz fazendo, prometendo. Enquanto o ato constatativo pretende ser a proposição ou a constatação de uma verdade, o performativo designa uma linguagem que faz a ação ao mesmo tempo em que a enuncia, é o discurso sendo ação. Mesmo que o pensamento derridiano não se inscreva na oposição clássica presente nas teorias dos atos de fala de Austin¹¹⁴, aquela entre atos performativos e constatativos, ele a recupera para iluminar esse caráter performativo do dizer¹¹⁵.

E é exatamente naquilo que não acontece, mas que é narrado pela testemunha, que repousa a cumplicidade entre verdade e ficção. Por não haver uma verdade anterior ao ato de testemunhar, a testemunha testemunha fazendo, inventando o eu da narrativa do evento num processo no qual o verdadeiro e o ficcionalizado são virtualmente impossíveis de diferenciação. No acontecimento passado e vivido, por certo, algo se inscreveu, por mais traumático ou fictício que possa parecer. O distintivo do testemunho é que ele encontra-se nesse limiar que transborda o limite entre realidade e ficção, permitindo o acontecimento daquilo que pode ser considerado como impossível – e essa característica é particularmente notável em relação a eventos traumáticos. A possibilidade de reconhecimento da ficção no

¹¹² CAMPBELL, David. Op. cit., 1993, p. 14.

¹¹³ DERRIDA, Jacques. Op. cit., 2015, p. 45.

¹¹⁴ AUSTIN, John. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo. Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 25.

¹¹⁵ DERRIDA, Jacques. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. Trad. Piero Eyben. *Revista Cerrados*, v. 21, n. 33, 2012, p. 236.

testemunho, que permite o dizer daquilo que não pode ser dito de outra forma, pressiona a fronteira entre testemunho e literatura, verdade e ficção. O testemunho é um ato que se dá na fala viva, mas sofre com a falta dela; que deseja presentificar um acontecimento, mas está diante dessa impossibilidade; que promete dizer a verdade, mas se inscreve na possibilidade da ficção.

Por isso, o testemunho reúne em si a atestação e a contestação, apelando à pluralidade e à discussão¹¹⁶. Sobretudo por ser um discurso que se destaca por sua demanda de ser ouvido, sua estrutura dialógica e fiduciária expõe tanto a possibilidade de suspeita e mentira como a necessidade de uma crença. O testemunho é a crença de um contato com o outro – de um vínculo ou instituição social –, que estabelece um compromisso ético com seu destinatário. Isso decorre do fato de que, quando a testemunha exhibe a ordem moral de manter sua palavra, ela sublinha uma instituição social de dar crédito à palavra do outro. O testemunho só se pretende verdadeiro porque pressupõe a ligação a um sujeito, o qual reclama a verdade por suas palavras narrarem um acontecimento que testemunhou. Assim, além de instrumento jurídico, é um discurso que penetra os vínculos sociais de uma comunidade.

Finalmente, e em consequência disso, é importante ressaltar a relação entre testemunho e memória. Quando testemunha, a testemunha está apenas diante da memória, uma linguagem é articulada a uma memória¹¹⁷, e não sobre a coisa testemunhada em si. E, mesmo diante dessa estrutura que poderia ser considerada precária, o testemunho persiste em ser uma necessidade jurídica, moral e política. Na Argentina posterior à ditadura militar, a título de breve exemplo, os atos de memória foram centrais na transição democrática, sem os quais condenações não teriam sido talvez possíveis¹¹⁸. Nesse ponto, é imprescindível notar que as principais correntes disciplinares das Relações Internacionais não estão teoricamente equipadas para lidar com as questões advindas do estudo da memória¹¹⁹. Em via de regra, quando fazemos uso da memória no campo de estudos das Relações Internacionais, não conferimos o devido cuidado às particularidades que essa questão traz consigo.

Sobre a desconstrução

Por que não falávamos sobre Tchernóbil? Esse tema não se discutia nem na escola. Nem com os alunos. Nem em casa. Estava bloqueado, trancado.¹²⁰

¹¹⁶ LABBÉ, Y. Dialogue, attention et témoignage. *Revue des Sciences Religieuses*, v. 82, n. 2, p. 253-271, 2008, p. 262.

¹¹⁷ DERRIDA, Jacques. Op. cit., 2005, p. 76.

¹¹⁸ SARLO, Beatriz. Op. cit., 2005, p. 24.

¹¹⁹ DUNCAN, Bell. Op. cit., 2009, p. 349.

¹²⁰ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Op. cit., 2016, p. 171.

Já escreveram dezenas de livros. Muitos filmes. Comentários diversos. E, no entanto, o evento supera igualmente qualquer tipo de comentário...¹²¹

Na noite de 26 de abril de 1986... Em apenas uma noite nos deslocamos para outro lugar da história. Demos um salto para uma nova realidade, uma realidade que está acima do nosso saber e acima da nossa imaginação. Rompeu-se o fio do tempo... O passado de súbito surgiu impotente, não havia nada nele em que pudéssemos nos apoiar; e no arquivo onipotente (assim acreditávamos) da humanidade, não se encontrou a chave que abria a porta. (...) Entre o momento em que aconteceu a catástrofe e o momento em que começaram a falar dela, houve uma pausa. Um momento de mudez. E todos se lembram dele...¹²²

De início tive a sensação de que tudo o que me rodeava não era de verdade. Como se eu estivesse no meio de um cenário. E que a minha consciência não era capaz de entender aquilo, não tinha em que se apoiar. Faltava um esquema!¹²³

A reflexão acerca do testemunho nas Relações Internacionais reverbera em questões sobre a produção de conhecimento na disciplina e, como proposto, essa é uma discussão que vem sendo feita em conversa com Jacques Derrida. Nesse ponto, é necessário pôr em relevo a operação adotada e fazer algumas observações do que poderia e do que não poderia significar a mais célebre noção advinda da filosofia derridiana, ou seja, a desconstrução. Esse é um momento inescapável quando se propõe pensar em conjunto com Derrida, dado que frequentemente rótulos imprecisos lhe são associados. De início, pontuamos que, nunca estando pronta e acabada, a desconstrução sempre depende do estabelecimento de uma conversação. O que pode soar estranho, já que parece ser seu propósito aniquilar ou destruir aquilo que está posto, ainda mais quando, de fato, a tradução literal de *destruktion*, no contexto do pensamento heideggeriano, se direciona à “destruição” no sentido de demolição. Mas a opção de Derrida de traduzir *destruktion* por “desconstrução” nos encaminha para outra noção, para aquela de “decomposição” ou “desarticulação” de estruturas¹²⁴. Resumidamente, então, seu propósito seria o de revelar e decompor estruturas que estabelecem formas de pensar, em via de regra, binárias e hierárquicas.

Para alcançar seu objetivo, é inevitável que a desconstrução mantenha uma relação com a herança, uma vez que tudo está destinado a herdar algo. Se, por um lado, herdamos o que vem como imposição violenta, por outro, o ato de herdar também exige atuação e escolha, tendo em vista que a herança atua tanto sobre quem a deixa como sobre quem a recebe¹²⁵. Assim, a desconstrução opera sempre no legado de outros textos e, para ocorrer, necessita

¹²¹ Ibid., p. 213.

¹²² Ibid., p. 41.

¹²³ Ibid., p. 154.

¹²⁴ DERRIDA, Jacques. Carta a um amigo japonês. Trad. Érica Lima. In: OTTONI, Paulo (Org.). *Tradução: a prática da diferença* (2ª Ed.). Campinas: UNICAMP, 2005, p. 18.

¹²⁵ DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 33.

reconhecer e afirmar o discurso no qual se inscreve. Conseqüentemente, para se dirigir à questão do testemunho, será indispensável atuar sobre a herança e a tradição das Relações Internacionais.

Ademais, um segundo ponto que merece atenção diz respeito ao fato de que a desconstrução opera num duplo movimento. Há, portanto, um primeiro momento de inversão da valoração de conceitos, etapa essa que visa escancarar a violência empregada nesse processo de hierarquização de valores. Mediante isso, aquilo que foi reprimido na história da metafísica passa a ser colocado em foco e em posição superior: eleva-se a literatura, por exemplo, em detrimento do texto filosófico. Depois, há o momento do deslocamento, no qual intenta-se desconstruir operações binárias, neutralizando-as. No entanto, o neutro não é alcançado pela via da contradição negativa, e sim por um movimento de fundição de elementos não binários: um exemplo seria “fundir” natureza e origem, ao invés de opor natureza à técnica. Por meio desse duplo gesto, a desconstrução espera chegar a uma concepção livre do regime binário anterior. Percebemos, com isso, que a desconstrução não é sinônimo de relativização, já que seu primeiro movimento requer que os discursos institucionalizados sejam lidos na chave da instituição, com as convenções e estruturas que os acompanham. Somente depois, ela olha para o que não acontece, lá para onde não há discurso, para um espaço que estava sendo esquecido.

Como visto, a desconstrução não age por dialética, ela não está situada na negatividade e não vai ao encontro da oposição. De outro modo, a desconstrução opera por suplementação: ela vai e se junta a algo, depois substitui esse algo. Por exemplo, vai ao encontro da binariedade opositiva homem/mulher, mas, no lugar de opor o conceito de “homem” ao conceito de “mulher” (homem *versus* mulher), questiona “o que falta ao homem?” ou “o que falta à mulher?”. No entanto, é preciso destacar que, para esse desdobramento suplementar ocorrer, ainda que o suplemento se junte e fique naquele lugar de algo – intervenha no lugar de –, não se verifica uma substituição completa e integral da coisa, visto que o suplemento deve conservar-se enquanto suplemento. É, como o nome sugere, um procedimento que busca suprir algo, porque “o suplemento acrescenta-se, é um excesso, uma plenitude enriquecendo uma outra plenitude”¹²⁶. Acrescentando e parcialmente substituindo, o suplemento é uma “adição exterior”, pois, diferente do complemento, é sempre distinto do ajuntado ou do substituído.

¹²⁶ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 177.

Em terceiro lugar, podemos verificar que a desconstrução não se pretende uma mera preciosidade academicista. Ao desnudar estruturas de pensamento, ela revela que “não estamos lidando com uma coexistência pacífica de um *face a face*, mas com uma hierarquia violenta”¹²⁷. E essa hierarquia coexiste com o estabelecimento da origem da verdade, quando há uma escolha na ausência de estruturas, e, logo, uma violência fundadora. Por isso, tão logo permite transgredir leis para que uma possibilidade aconteça, a desconstrução é necessária. O abalo desconstrutivo provoca um momento de suspensão e, nessa oportunidade, entrevê-se um espaço de abertura para aquilo não enquadrado na ordem. É nesse sentido que a desconstrução é capaz de desestabilizar a relação estável entre testemunho e Relações Internacionais – e entre Literatura e Relações Internacionais –, movimentado-a, abalando pertencimentos e sugerindo uma abertura no seu horizonte de estudos. Portanto, essa seria uma relação desconstruível por ter sido estabelecida como um construto e por ter sido instituída por meio de uma força violenta, que pode se mostrar excludente. Ainda assim, é uma justaposição que reconhecidamente requer certo cuidado, pois seria prudente pensar a ciência das Relações Internacionais, que tanto lutou por seu estatuto científico, tomando por base textos literários? Seria válida a tentativa de aproximar, se não conjugar, esses dois gêneros (a pesquisa científica e a literatura)?

O ponto é que, quando a palavra “gênero” é anunciada, quando falamos nela, logo a ideia de limite se delinea. E, “quando um limite é fixado, a norma e o interdito não demoram a aparecer”¹²⁸, é como se uma luz vermelha começasse a piscar e alertar: não devemos nos arriscar à impureza! Isso porque, nessa junção, haveria uma ideia de contaminação entre um conjunto de coisas que carregam seus traços distintivos. E seria o gênero o responsável por trazer consigo essa ideia de ordem: da razão, da identidade, da classificação, do sentido, da verdade. Desmistificada e tomada com certa prudência, a desconstrução tenta assinalar que as convenções, as instituições e os consensos são em si estabilizações essencialmente instáveis¹²⁹.

Finalmente, em quarto lugar, é significativo reiterar que não permanecer quieto diante de uma estrutura observada não significa negar a possibilidade de verdade – significa estremecê-la. Com a desconstrução, não se pretende “destruir a verdade”, ou qualquer referência à verdade, seu propósito, ao contrário, é desestabilizar concepções de verdade que se mostrem enquanto pura verdade. Nas palavras de Derrida,

¹²⁷ DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 48.

¹²⁸ DERRIDA, Jacques. A lei do gênero. Trad. Nicole Marcello e Carla Rodrigues. *Revista TEL*, v. 10, n. 2, p. 250-281, 2019, p. 252.

¹²⁹ DERRIDA, Jacques. Op. cit., 2016, p. 128.

Há conseqüentemente, uma exigência, eu diria uma pulsão de verdade, que nutre todo meu trabalho de interpretação e que é compatível com uma certa desconfiança, uma certa suspeição quanto ao que se chama em geral de verdade como sentido último. Há uma pulsão de verdade, mas não ouse apresentá-la como tal; isso se prestaria muito mal-entendidos.¹³⁰

É uma compreensão que não vê o mundo como uma figura simples de acontecimentos que podem ser restituídos, mas como um emaranhado de acontecimentos sobrepostos. Nesse contexto, a desconstrução é uma maneira de pensar que solicita certa inquietação e certo cuidado, principalmente com aquilo que geralmente escapa à tradição.

Sobre a herança

A minha mãe justificava: “Se tivesse começado uma guerra, saberíamos o que fazer. Para a guerra, dispúnhamos de instruções. Mas isso?”¹³¹

Teria sido melhor morrer no Afeganistão! Digo sinceramente, às vezes me vêm essas ideias. Ali, a morte era coisa normal... Compreensível...¹³²

Nós entramos. Havia uma placa onde estava escrito ZONA PROIBIDA. Eu não estive na guerra, mas tinha a sensação de viver algo parecido... De onde vem essa lembrança? De onde? É uma coisa relacionada com a morte...¹³³

Como visto, a desconstrução derridiana opera em diálogo com a tradição. Para refletir sobre questões acerca do testemunho, da verdade e da literatura a partir das Relações Internacionais em termos desconstrutivos, então, devemos atentar para a ortodoxia da disciplina. Com isso, procuramos olhar para as coordenadas nas quais esse campo de estudos está localizado e, para tanto, propomos como indicativa uma passagem concisa por seus “grandes textos”. Contudo, a princípio, vemos como oportuno notar que as Relações Internacionais estão inseridas no grande quadro da modernidade. Nesse contexto, entendemos a modernidade enquanto prática interpretativa que lê a realidade, não época ou período histórico. Levando isso em consideração, seria prudente notar que, na tradição dominante da filosofia ocidental, na prática do paradigma moderno da ciência¹³⁴, o ser humano é o sujeito conhecedor que responde às vicissitudes de uma realidade objetificada. Nesse sentido, constatamos a compreensão comum de que o indivíduo moderno, sendo soberano, passa a ser

¹³⁰ DERRIDA, Jacques. A verdade ofensiva ou o corpo-a-corpo das línguas: entrevista com Jacques Derrida realizada por Évelyne Grossman em 12 de dezembro de 2003. Trad. Élica Ferreira. *Cadernos de Ciências Humanas: Especiaria*, v. 10, n. 17, p. 305-329, 2007, p. 320.

¹³¹ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Op. cit., 2016, p. 330.

¹³² Ibid., p. 120.

¹³³ Ibid., p. 102.

¹³⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências* (5ª Ed.). São Paulo: Cortez, 2008.

um sujeito diferenciado do objeto de conhecimento, este alcançável por intermédio do uso da razão.

É valioso indicar que o modelo racionalista característico da ciência moderna foi erigido, no âmbito das ciências naturais, com a revolução científica do século XVI e estendido às ciências sociais ao decorrer do século XIX, quando podemos falar de um modelo global de racionalidade científica. É um modelo que guarda e vigia rigorosamente, e de modo quase totalitário, os limites entre o conhecimento científico e o não científico, sendo este último geralmente encarado como irracional e intruso¹³⁵. Somado a isso, o que mais distinguiria o conhecimento produzido pela ciência moderna seria uma visão de mundo que desconfia de evidências recolhidas pela experiência imediata, compreendida como ilusória. É um tipo de conhecimento que quantifica – pois o não quantificável traduz-se como insignificante –, que ambiciona a redução da complexidade e, por ser causal, ambiciona também a formulação de leis frente a regularidades, com o objetivo de antecipar fenômenos futuros¹³⁶.

Aqui, é notável a herança cartesiana de focar a mente como fonte do conhecimento racional dentro da busca por um conhecimento objetivo da realidade – uma noção que se desdobra no princípio tipicamente positivista de que há uma distinção fundamental entre o pensamento e o fato. Sem dúvida, o positivismo é o condutor mais importante do paradigma moderno nas ciências sociais, em geral, e nas Relações Internacionais, em particular. E, aliado ao positivismo, o realismo teórico é a tradição dominante nesse campo de estudos, sendo seguro apontar que suas pressuposições ainda instauram-se na produção de conhecimento da disciplina.

Marcadamente, a fim de ilustrar esse ponto, podemos citar o entendimento de que Estados soberanos – ou seus representantes oficiais – são os principais atores da esfera internacional e devem ser tratados como sua unidade primária. Somado a isso, é comum a compreensão realista de que o espaço internacional é anárquico, fundamentalmente diferente do doméstico e, frente a isso, suas teorias e práticas devem ser entendidas de forma significativamente diversa. Recorrentemente, também assumimos que a essência do comportamento interestatal é a luta pelo poder; que essa luta segue um padrão racional, isto é, todos os atores visam seus interesses nacionais; e que, pelo fato das tendências de cooperação não serem consideradas como regra, elas não devem ser entendidas como uma das características fundamentais do espaço internacional. Torna-se necessário, dessa forma, que

¹³⁵ Ibid., p. 20.

¹³⁶ Ibid., p. 29.

reconheçamos algumas premissas fundacionais que ressoam na disciplina com vistas a avaliar sua matriz principal.

Tomando o positivismo e o realismo como fios condutores, dadas suas constantes evocações, podemos verificar que a busca pela certeza científica nas Relações Internacionais pode ser abordada de acordo com pelo menos quatro fases do regime moderno de enquadramento metateórico da disciplina¹³⁷. Primeiramente, identificamos que as Relações Internacionais foram institucionalizadas academicamente em meio à atmosfera advinda da Primeira Guerra Mundial e, nesse momento, havia o desejo de melhor entender e controlar as persistentes hostilidades verificadas na esfera internacional, numa espécie de idealismo neokantiano. Nos anos iniciais, foram introduzidas ideias baseadas em premissas racionalistas, num esforço tanto de intelectuais como de estadistas de aplicar ideias racionais à política internacional¹³⁸. Com isso, ambicionavam reformular a natureza da relação entre os Estados e colocá-la em linha com uma nova realidade, oposta à “irracionalidade” por eles identificada no passado. O sentimento era de que se um corpo de conhecimento ordenado e científico existisse em 1914, talvez a catástrofe da Primeira Guerra pudesse ter sido evitada¹³⁹.

Já a segunda fase pode ser caracterizada em consonância com a publicação e circulação do primeiro grande texto da disciplina. Em *Vinte Anos de Crise*, obra expoente do realismo científico nas Relações Internacionais, Edward H. Carr claramente pontua seu desejo de construir sobre a ciência da política internacional, a qual encontrava-se em sua infância¹⁴⁰. No decorrer dessa tarefa, o autor apresenta oposições categóricas, além de reafirmar a conhecida dicotomia positivista entre “o que é” e “o que deveria ser”. Fica evidente que, para Carr, se a análise realista almeja prover explicações sobre a realidade, ela depende do afastamento do pesquisador em relação ao mundo, assim como do posicionamento do fato acima dos valores e do objeto acima do sujeito. Assim, a superioridade da abordagem realista estaria centrada na sua capacidade de alcançar uma análise factual e objetiva, como aquela habitualmente associada às ciências naturais, valendo-se da observação e da coleta de dados¹⁴¹.

¹³⁷ GEORGE, Jim. Discourses of global politics: a critical (re)introduction to International Relations. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1994, p. 70.

¹³⁸ BANKS, Michael. The evolution of international Relations theory. In: _____ (Ed.). *Conflict in World Society: a new perspective on International Relations*. Nova York: St. Martin's Press, 1984, p. 8.

¹³⁹ OLSON, William; ONUF, Nicholas. The Growth of a Discipline Reviewed. In: SMITH, Steve (Ed.). *International Relations: British and American Perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, 1985, p. 5.

¹⁴⁰ CARR, Edward. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais* (2ª Ed.). Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 3.

¹⁴¹ CARR, Edward. Op. cit., 2001, p. 5.

Por sua vez, a terceira fase é marcada, de modo geral, por uma abordagem mais claramente científica em relação à teoria e à pesquisa. Sob a tutela das ciências sociais de origem estadunidense, as Relações Internacionais focaram na busca disciplinar pela certeza científica destacadamente com base nos princípios modernos de conhecimento e nas premissas metodológicas behavioristas. Foi também quando o realismo positivista tornou-se uma qualidade definidora da disciplina, especialmente após a Segunda Guerra Mundial e no decorrer dos anos iniciais da Guerra Fria. Enfaticamente, nas décadas de 1950 e 1960, as Relações Internacionais tornaram-se comprometidas com a visão de que “all problems can be resolved, [and] that the way to resolve them is to apply the scientific method... and to combine empirical investigation, hypothesis formation and testing – and that resort to science will yield practical applications that will bring progress”¹⁴².

Nesse contexto, a obra *Política entre as Nações*, publicada por Hans Morgenthau em 1948, foi célebre em vários sentidos. As ideias de Morgenthau, ao se apoiarem no pensamento weberiano, abriram espaço para a adoção de atitudes e princípios behavioristas por parte das Relações Internacionais. Podemos destacar que, para o autor, o realismo é validado quando oferece sentido ao estadista – isto é, o agente humano do poder –, devendo o pesquisador se colocar em seu lugar para testar hipóteses racionais contra fatos do mundo real¹⁴³. Sob essa perspectiva, o propósito da teoria seria trazer ordem e significado para fenômenos factuais que existem independentemente do teórico¹⁴⁴, provendo uma resposta realista ao mundo observável. Nesse entendimento, existe uma preocupação maior com fatos verificáveis, no sentido de que a verificação empírica deve ser mais enfatizada do que a especulação filosófica. Com isso, por muito tempo, passou-se a estimar cada vez mais as análises de problemas sociais que prezassem pela objetividade.

Na quarta fase, vemos o modelo estruturalista no centro das discussões, sendo que os trabalhos de Kenneth Waltz ilustram a perspectiva mais convencional desse estruturalismo ao passo que as obras de Stephen Krasner, Robert Gilpin e Robert Keohane ilustram estruturalismos de orientação modificada. Suas ideias ganharam visibilidade na medida em que o realismo passava a ser cada vez mais visto como simplório e incapaz de lidar com os problemas que surgiam no âmbito internacional. Em particular, diante de tal diagnóstico, o neorealismo se apresentou como a superação de seus predecessores tradicionalistas e behavioristas, carregando as marcas do discurso moderno de modo atualizado e reformulado.

¹⁴² HOFFMANN, Stanley. An American Social Science. *Dædalus*, v. 106, n. 3, p. 41-60, 1977, p. 59.

¹⁴³ MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (5ª Ed.). Nova York: Alfred A. Knopf, 1978, p. 4.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 4-5.

Por exemplo, na seminal obra *Theory of International Politics*, Waltz, ao advogar por um estruturalismo de base científica, segue a rota modernista da teoria das ciências sociais. O autor invoca novamente a dicotomia entre a “teoria” – lugar da invenção interna – e o “mundo real” – o repositório externo de leis explicadas, ordenadas e sistematizadas retrospectivamente pelas teorias¹⁴⁵. Portanto, Waltz sublinha que a teoria, embora relacionada ao mundo sobre o qual se deseja explicações, permanece distinta desse mundo¹⁴⁶.

Nesse momento, caberia perguntarmos se, principalmente com o desenrolar das questões levantadas nos anos 1980 e 1990 adiante, alcançamos o que pode ser considerado o período pós-positivista das Relações Internacionais. Similarmente, poderíamos questionar se estaríamos vivendo a chamada pós-modernidade, estando livres das influências filosóficas fundacionais modernas. Possíveis respostas para essas perguntas teriam que levar em conta que o positivismo permeia quase toda posição filosófica das ciências sociais, mesmo as vertentes que são formalmente opostas a ele. Ainda, devemos observar que traços do discurso moderno podem ser identificados no positivismo e no realismo contemporâneos, que – com seus méritos – seguem sendo estimados. Especificamente, o legado moderno das Relações Internacionais está evidente na maneira como a disciplina ainda lê sua própria história e suas posições filosóficas: na maioria das vezes, a partir de grandes debates que opõem visões “irreconciliáveis” e dos quais se espera um “vencedor”.

Quanto a isso, Robert Cox aponta para a arbitrariedade e caricaturização da disciplina quando estabelecemos dicotomias que poderiam ser consideradas extravagantes do ponto de vista histórico-filosófico. São oposições que agrupam, por exemplo, Platão, Grócio, Locke, Kant e Woodrow Wilson como “idealistas”, de um lado, e Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Churchill e Lênin como “realistas”, de outro¹⁴⁷. Assim, o cânone das Relações Internacionais apresenta-se como homogêneo e cumulativo, destacando seus “grandes textos” e propondo conceitos de tendência essencialista e universalizante para lidar com uma realidade tida como objetiva. Vemos que os parâmetros da disciplina foram construídos e seguem em alguma medida sendo pensados em termos dicotomizados e, sendo isso vastamente reconhecido, as respostas a tal constatação seguem sendo construídas.

Como forma de reação, é indiscutível a emergência de um outro paradigma. Por ser uma reflexão impulsionada pelos próprios cientistas, o denominado paradigma pós-moderno demonstra uma insatisfação quanto às premissas de interiorização do sujeito na relação

¹⁴⁵ WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979, p. 5.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 6.

¹⁴⁷ COX, Robert. The Role of Political Philosophy in the Theory of International Relations. *Social Research*, v. 29, n. 3, p. 261-292, 1962, p. 267.

sujeito-objeto¹⁴⁸. Não sendo um movimento governado pela irracionalidade, é antes um movimento de superação de lugares filosóficos, teóricos e metodológicos não mais convincentes transmitidos por meio da herança cultural¹⁴⁹. Assim, o paradigma emergente afirma a possibilidade do abandono de dicotomias fundantes, a citar: mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual. Ademais desse possível cruzamento de fronteiras, a ciência pós-moderna baseia-se também num conhecimento que é ao mesmo tempo total e local, o que significa, grosso modo, que conceitos e teorias criados localmente difundem-se a outros lugares cognitivos¹⁵⁰. Enfim, o projeto da ciência pós-moderna assume sua característica autobiográfica e permite-se dialogar com outras formas de pensamento, deixando-se contaminar por elas.

E é nesse quadro que a discussão suscitada pelo testemunho, atravessando a literatura, alcança as Relações Internacionais. O que vem a ser literatura não é algo estável ou homogêneo, nem no tempo, nem no espaço. Mas por um conjunto de características que a ela podem ser designadas, a literatura se oferece como um espaço importante para pensar a proposta, promovida pela desconstrução, de abertura ao que não está enquadrado na ordem. Frente à ortodoxia das Relações Internacionais, a literatura possibilita dizer coisas que não poderiam ser ditas de outra forma. E o testemunho, especialmente o de eventos traumáticos, também encontra na literatura uma recepção para sua falta ou seu excesso de palavras. O que aproxima o testemunho da literatura é a possibilidade de um relato que, ao mesmo tempo em que jura dizer a verdade, apresenta-se descompromissado com a própria verdade. Descompromissado no sentido de que não é realmente uma prova, nem pode ser realmente provado. Uma testemunha pode se enganar, o que não significa dizer que seu testemunho é mentiroso, pois pode haver um real engano, mas como provar que seu relato é mentira? Como ter certeza que não se trata de uma confissão? O testemunho mostra que a verdade pode ser trabalhada.

Notas finais

Será possível que as coisas sempre ocorram assim? Os homens nunca estão à altura dos grandes acontecimentos. Os fatos sempre os superam.¹⁵¹

¹⁴⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., 2008, p. 54.

¹⁴⁹ HOCHMAN, Gilberto. A Ciência entre a Comunidade e o Mercado: Leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera (Org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994, p. 203.

¹⁵⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., 2008, p. 77.

¹⁵¹ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Op. cit., p. 137.

Nós... Eu falo de todos nós... Nós não esquecemos Tchernóbil, e não o compreendemos. O que os selvagens podiam entender dos relâmpagos?¹⁵²

Cada um encontrava uma justificativa. Alguma explicação. Eu fiz a experiência comigo mesma. E, numa palavra, compreendi que na vida as coisas mais terríveis ocorrem em silêncio e de forma natural.¹⁵³

Na tentativa de compreender as possíveis implicações que o testemunho suscita para a produção de conhecimento nas Relações Internacionais, buscamos lançar um olhar mais cuidadoso sobre aquilo que a disciplina produz a partir das inquietações provocadas pelas falas presentes em *Vozes de Tchernóbil*, de Svetlana Aleksievitch. Com isso, não foi pretendido demonstrar que o testemunho é a melhor ou a mais autêntica forma de se dizer algo verdadeiro, mas que ele é um lugar capaz de tensionar postulados universalizantes ao se situar entre o fato e a ficção, a linguagem e o silêncio, o passado e o presente. Assim, o testemunho se apresenta como um espaço que permite pensar essas dicotomias em direção a uma tentativa de se ver livre de seus regimes binários de aspecto opositivo. Examinar a natureza do testemunho, e suas implicações para a compreensão de eventos de interesse das Relações Internacionais, significa desestabilizar alguns entendimentos fundantes desse campo de estudos. Por contar com uma estrutura precária e inverificável, que dá oportunidade ao segredo, de forma similar à literatura, o testemunho nos permite entrever a condição tensional da verdade ao desafiar a existência de narrativas auto-evidentes.

O testemunho enfoca o papel da experiência e da linguagem na construção da verdade, sendo que, a seu modo, a meditação sobre o testemunho coloca em foco a insegurança inerente à linguagem, uma insegurança, inclusive, que demanda um ato de responsabilidade¹⁵⁴. E essa é uma incerteza que problematiza algo naturalizado, o que, segundo Alexander Wendt¹⁵⁵, é uma função da ciência tão importante quanto a de achar as respostas corretas. Frente a isso, notamos que a apresentação de eventos não pode ser sempre limitada a um único idioma, especialmente no que diz respeito a eventos em excesso em relação “aos nossos quadros de referência”¹⁵⁶ – ou seja, eventos traumáticos não imediatamente assimiláveis. As Relações Internacionais estão permeadas desse tipo de situação, que se mostram evidentes em guerras, ataques terroristas, genocídios ou acidentes nucleares, por exemplo. São todos eventos catastróficos que, por definição, provocam traumas

¹⁵² Ibid., p. 276.

¹⁵³ Ibid., p. 263.

¹⁵⁴ KEENAN, Thomas. *Fables of Responsibility: Aberrations and Predicaments in Ethics and Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1997, p. 5.

¹⁵⁵ WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 89.

¹⁵⁶ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Op. cit., 2000, p. 88.

e não se deixam capturar por um único tipo de linguagem. Daí que outros meios de transmissão do verdadeiro se fazem necessários no âmbito das ciências sociais, o que poderia incluir a linguagem por vezes poética do testemunho¹⁵⁷.

Além disso, é visível que o testemunho oferece algo para além do puramente linguístico, na medida em que toca discussões acerca da memória e da verdade. A literatura que contém o testemunho é representativa de um engajamento entre consciência e história – e não apenas de um conjunto de declarações –, carregando consigo o aspecto criativo da memória que distorce a linha entre fato e ficção e torna violento o apelo à verdade¹⁵⁸. Por isso, dizer que determinada memória foi traduzida em termos factuais ou fictícios possui também desdobramentos éticos. Para Jenny Edkins¹⁵⁹, muitos posicionam a memória entre os opostos do verdadeiro e do falso, pois essa seria uma questão de quão precisamente se pode lembrar de algo que aconteceu no passado. O evento seria, nessa lógica, completamente independente de qualquer memória do acontecido. Ao contrário, o testemunho exige que as memórias sejam encaradas como “fatias da verdade”¹⁶⁰, reforçando a questão de como endereçar certas experiências de maneira responsável. Segundo James Der Derian,

Ethics begins with the recognition of the need for the other, of the need for the other's recognition. It proceeds, in other words, from an interdependency of caring and responsibility that cannot be separated from the pluralism and relativism of multiple identities. An ethical way of being emerges when we recognize the very necessity of heterogeneity for understanding ourselves and others.¹⁶¹

Atento a tais desafios, o contexto propositivo da chamada pós-modernidade, não quer obliterar as fronteiras entre a literatura e outras disciplinas, ansiando pelo retorno de um estatuto “pré-científico”. Contrariamente, quer viabilizar o contato e o trânsito negociado entre elas. De modo análogo, não anseia reduzir modos de pensamento à escrita, mas tomá-la como parte importante do processo de pesquisa. Isso porque torna-se evidente que a pesquisa também exige trabalhar uma língua e construir um texto, já que o processo de raciocínio deve-se tornar um relato. Assim, é um movimento que, ao discutir sobre fontes, esbarra no literário. Mas, para além da questão de um gênero, é uma questão sobre obras que apresentam

¹⁵⁷ HARTMAN, Geoffrey. *Scars of the Spirit. The Struggle Against Inauthenticity*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002, p. 95.

¹⁵⁸ FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori. Op. cit., 1992, p. 114.

¹⁵⁹ EDKINS, Jenny. Op. cit., 2003, p. 11.

¹⁶⁰ BRADY, Ivan. In Defense of the Sensual: Meaning Construction in Ethnography and Poetics. *Qualitative Inquiry*, v. 19, n. 4, p. 622- 644, 2004, p. 629.

¹⁶¹ DER DERIAN, James. Post-Theory: The Eternal Return of Ethics in International Relations. In: DOYLE, Michael; IKENBERRY, John (Eds.). *New Thinking in International Relations Theory*. Boulder: Westview Press, 1997, p. 58.

experiências, situação evidente quando pensada a partir do testemunho¹⁶². O teor testemunhal não é capaz de, por si só, conferir ou dar voz, mas pode provocar reflexões sobre aquilo que não tem palavras, pois a testemunha é um sobrevivente que solicita a necessidade de nos desprendermos de uma prática teórica e epistemológica irrefletida. Percebemos, portanto, que o testemunho porta em si e escancara o perigo do irrefletido, do não dito, do não escrito, desafiando noções simplistas da realidade.

Haveria, então, violência na escrita das Relações Internacionais? Deveríamos, diante disso, procurar escrever de forma diferente perante a responsabilidade que assumimos na escrita sobre o outro? Essas são questões que sublinham tanto o estatuto do conhecimento que produzimos como considerações de ordem ética. Essas questões, é necessário destacar, estão conectadas à violência epistêmica já alertada por Spivak¹⁶³ – quando falava sobre os subalternos – relacionadas aos problemas éticos levantados quando se pretende representar e falar por outros. Conforme discutido, trabalhar com o testemunho significa convocar o ato performativo desse outro, mas isso não deve ser entendido no sentido de falar em seu lugar, e sim no de dar ciência a sua voz com a pretensão de desdobrar tal ato e, a partir dele, produzir significados. Seguindo esse caminho, consideramos como a gramática, a retórica e, em especial, a estrutura narrativa do mundo das Relações Internacionais impactam interpretações acerca da realidade. Assim, vislumbramos a investigação da política enquanto uma esfera de imposição de significado e valor, sublinhando que dar legitimidade a estruturas de significado é um processo político – um que institucionaliza ao mesmo tempo que marginaliza¹⁶⁴.

Em suma, isso talvez também queira dizer permanecer diante do outro, mas não assimilá-lo, uma vez que “portar [*porter*] não quer mais dizer comportar, incluir, compreender em si, mas *inclinarse para* [*se porter vers*] a inapropriabilidade infinita do outro (...)”¹⁶⁵. Para responder a consciências que não estão mais aqui, ou que não podem ser ouvidas, é necessário um desajuste responsável no endereçamento desse problema da presença ausente da construção da verdade. E esse rastro da testemunha sobrevivente, que se inscreve no espaço da sobrevivência, é um lugar manifesto onde acontece a relação ética e o imperativo do diálogo ininterrupto de portar o outro e contar sua experiência, seu fragmento da realidade.

¹⁶² PIMENTA, Luciana. Do Diário de Anne Frank aos testemunhos da pandemia do século XXI. In: PIMENTA, Luciana; SILVA, Bárbara; LIMA FILHO, Humberto (Orgs.). *De qual direito falar a partir da pandemia do século XXI?* V. 1. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, p. 261.

¹⁶³ SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Almeida [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

¹⁶⁴ SHAPIRO, Michael. Textualizing Global Politics. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael (Eds.). *International/Intertextual Relations: postmodern readings of world politics*. Nova York: Lexington Books, 1989, p. 12-15.

¹⁶⁵ DERRIDA, Jacques. *Carneiros*. O diálogo ininterrupto: entre dois infinitos, o poema. Trad. Fernando Bernardo. Coimbra: Palimage, 2008, p. 43.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo?: e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 20.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

AUSTIN, John. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BANKS, Michael. *Conflict in World Society: a new perspective on International Relations*. Nova York: St. Martin's Press, 1984.

BELL, Duncan. Introduction: Violence and Memory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 38, n. 2, p. 345-360, 2009, p. 346.

BRADY, Ivan. In Defense of the Sensual: Meaning Construction in Ethnography and Poetics. *Qualitative Inquiry*, v. 19, n. 4, p. 622- 644, 2004.

CAMPBELL, David. *Politics Without Principle: Sovereignty, Ethics, and the Narratives of the Gulf War*. Boulder: Lynne Rienner, 1993.

CARR, Edward. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais (2ª Ed.)*. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

COX, Robert. The Role of Political Philosophy in the Theory of International Relations. *Social Research*, v. 29, n. 3, p. 261-292, 1962.

DER DERIAN, James. Post-Theory: The Eternal Return of Ethics in International Relations. In: DOYLE, Michael; IKENBERRY, John (Eds.). *New Thinking in International Relations Theory*. Boulder: Westview Press, 1997.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

_____, Jacques. A lei do gênero. Trad. Nicole Marcello e Carla Rodrigues. *Revista TEL*, v. 10, n. 2, p. 250-281, 2019.

_____, Jacques. *A Literatura em Segredo: uma filiação impossível* [online]. Trad. Piero Eyben.

_____, Jacques. A verdade ofensiva ou o corpo-a-corpo das línguas: entrevista com Jacques Derrida realizada por Évelyne Grossman em 12 de dezembro de 2003. Trad. Élide Ferreira. *Cadernos de Ciências Humanas: Especiaria*, v. 10, n. 17, p. 305-329, 2007.

_____, Jacques. Before the Law. In: ATTRIDGE, Derek (Ed.). *Acts of Literature*. Nova York: Routledge, 1992.

_____, Jacques. *Carneiros*. O diálogo ininterrupto: entre dois infinitos, o poema. Trad. Fernando Bernardo. Coimbra: Palimage, 2008.

_____, Jacques. Carta a um amigo japonês. Trad. Érica Lima. In: OTTONI, Paulo (Org.). *Tradução: a prática da diferença* (2ª Ed.). Campinas: UNICAMP, 2005.

_____, Jacques. *Demorar*: Maurice Blanchot. Trad. Flávia Trocoli e Carla Rodrigues. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

_____, Jacques. *Espectros de Marx*: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____, Jacques. *Essa estranha instituição chamada Literatura*: uma entrevista com Jacques Derrida. Trad. Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____, Jacques. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Porto: Rés-editora, 1972.

_____, Jacques. Observações sobre desconstrução e pragmatismo. In: MOUFFE, Chantal (Org.). *Desconstrução e Pragmatismo*. Trad. Victor Dias Maia. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

_____, Jacques. *Paixões*. Trad. Lóris Z. Machado. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.

_____, Jacques. *Posições*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____, Jacques. *Sovereignities in question: the poetics of Paul Celan*. Nova York: Fordham University Press, 2005.

_____, Jacques. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. Trad. Piero Eyben. *Revista Cerrados*, v. 21, n. 33, 2012.

EDKINS, Jenny. *Trauma and the Memory of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori. *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*. Nova York: Routledge, 1992.

FELMAN, Shoshana. *O Inconsciente Jurídico*: julgamentos e traumas no século XX. Trad. Ariani Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2014.

GEORGE, Jim. Discourses of global politics: a critical (re)introduction to International Relations. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1994.

GIGLIOLI, Daniele. *Crítica da vítima*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTMAN, Geoffrey. *Scars of the Spirit*. The Struggle Against Inauthenticity. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002.

_____, Geoffrey. *The Longest Shadow: In the Aftermath of the Holocaust*. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

HOCHMAN, Gilberto. A Ciência entre a Comunidade e o Mercado: Leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera (Org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science. *Dædalus*, v. 106, n. 3, p. 41-60, 1977.

JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea: manifiesto por la ciencias sociales*. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

_____, Ivan. O terceiro continente. *ArtCultura*, v. 19, n. 35, p. 9-17, 2017.

KARPUSHEVA, Anna. Svetlana Aleksievich's Voices from Tchernóbil: between an oral history and a death lament. *Canadian Slavonic Papers*, v. 59, n. 2, p. 1-22, 2017.

KEENAN, Thomas. *Fables of Responsibility: Aberrations and Predicaments in Ethics and Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

LABBÉ, Y. Dialogue, attention et témoignage. *Revue des Sciences Religieuses*, v. 82, n. 2, p. 253-271, 2008.

LACAPRA, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

LISBOA, Isabella Souza. Svetlana Aleksievitch e as mulheres do front. *Em Tese*, v. 26, n. 1, p. 42-56, 2020.

LOPES, Alfredo; RODRIGUES, Rauer. Industrialização e crise ambiental: a representação do desastre nuclear em Vozes de Tchernóbil, de Svetlana Aleksievitch. *Revista Tempo e Argumento*, v. 11, n. 26, p. 44-66, 2019.

MANNA, Nuno; LAGE, Igor. Uma “catástrofe do tempo”: narrativa e historicidade pelas Vozes de Tchernóbil. *Galáxia*, Especial 1 – Comunicação e Historicidades, p. 34-46, 2019.

MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (5ª Ed.). Nova York: Alfred A. Knopf, 1978.

ODELL, John. Case Study Methods in International Political Economy. *International Studies Perspectives*, v. 2, n. 2, p. 161-176, 2001.

OLSON, William; ONUF, Nicholas. The Growth of a Discipline Reviewed. In: SMITH, Steve (Ed.). *International Relations: British and American Perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

OMS. *Health Effects of the Tchernóbil Accidents and Special Health Care Programmes*. Report of the UN Tchernóbil Forum. Expert Group "Health". Geneva, 2006.

PETRYNA, Adriana. *Life Exposed: biological citizens after Tchernóbil*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

PIERON, Jean-Philippe. De la fondation à l'attestation en morale: Paul Ricoeur et l'éthique du témoignage. *Recherches de Science Religieuse*, v. 91, n. 3, p. 435-459, 2003.

PIMENTA, Luciana. Do Diário de Anne Frank aos testemunhos da pandemia do século XXI. In: PIMENTA, Luciana; SILVA, Bárbara; LIMA FILHO, Humberto (Orgs.). *De qual direito falar a partir da pandemia do século XXI?* V. 1. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

PORTOCARRERO, Maria Luísa. Testemunho e interpretação na filosofia de Paul Ricoeur. *Revista Filosófica de Coimbra*, v. 29, n. 57, p. 107-130, 2020.

RESENDE, Erica; BUDRYTE, Dovile (Eds.). *Memory and trauma in International Relations: theories, cases and debates*. Nova York: Routledge, 2014.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências* (5ª Ed.). São Paulo: Cortez, 2008.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memória y giro subjetivo: una discusión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

SEIXAS, Jacy. Vozes de Tchernóbil: o tempo suspenso, o horror e a linguagem da memória e do esquecimento. *Gragoatá*, v. 23, n. 47, p. 737-751, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

_____, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, v. 30, p. 71-98, 2005.

SHAPIRO, Michael. Textualizing Global Politics. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael (Eds.). *International/Intertextual Relations: postmodern readings of world politics*. Nova York: Lexington Books, 1989.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Almeida [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRUBLE, Maria. *The Singularity of Witness: Memory, Poetry and the Refugee*. 2008. 297 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Lancaster, Lancaster, 2008.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. História, memória e política. Trad. Tiago Avó. [S.l.]: Unipop, 2012.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____, Alexander. The State as Person in International Theory. *Review of International Studies*, v. 30, n. 2, p. 289-316, 2004.

WHITE, Hayden. *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1985.